





Ministério de  
Minas e Energia



**Petrobras Distribuidora S.A.**  
CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

# *Demonstrações Contábeis 2014*



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE

O mercado de distribuição de combustíveis no Brasil registrou pelo quinto ano consecutivo um avanço expressivo, acima dos números da economia nacional. Enquanto a variação do PIB foi de 0,1%, o segmento de negócios cresceu 6,2%, com 134,4 bilhões de litros de combustíveis e lubrificantes comercializados.

Esse desempenho se explica por vários fatores, como o aumento da renda da população. Num cenário de estímulo ao crédito e desoneração temporária de impostos, a frota de veículos leves cresceu 5,5%. Por fim, o uso de térmicas para suprir o fornecimento de energia elétrica impulsionou as vendas de óleo combustível (alta de 27,3%). Outras altas relevantes se deram com a gasolina (7,6%) e o etanol (14,1%), enquanto diesel e combustíveis de aviação perderam espaço na matriz de consumo, apesar de apresentarem crescimento sobre 2013.

Desde o início de 2014, o negócio de distribuição superou desafios importantes. A começar pela comercialização, a partir de 1º de janeiro, da gasolina de baixo teor de enxofre (50 p.p.m.) nos postos revendedores em todo o país, seguida pela substituição do diesel S-1800 pelo S-500 e pela elevação do teor de biodiesel no diesel, para 7%.

Maior comercializadora de combustíveis, com *market share* anual de 37,9% em 2014, negociamos 57,4 milhões de m<sup>3</sup>, volume 6,9% maior que o movimentado no ano anterior.

No segmento revendedor, em que os 7.931 postos de bandeira Petrobras são o ponto de contato mais próximo do sistema Petrobras com o consumidor final, a Petrobras Distribuidora se manteve na liderança de mercado, com *market share* anual de 29,7% e volume comercializado de 27,9 milhões de m<sup>3</sup>, 5,9% superior às vendas do ano anterior. Entre as principais iniciativas adotadas, destacamos o lançamento de uma nova gasolina aditivada de alta tecnologia, a Petrobras Grid, e o lubrificante para motos Lubrax Ferozes, ambos na linha de renovação do nosso portfólio.

Em 2014, comemoramos os 20 anos das lojas de conveniência BR Mania, ultrapassando a marca de 1.000 unidades, cerca de 90 milhões de consumidores atendidos e aproximadamente R\$ 1 bilhão em faturamento. Nosso programa de fidelidade, o Petrobras Premia, chegou a mais de 6,7 milhões de participantes e lançamos a 6ª edição do Plano Integrado de Marketing (PIM), que engloba diversos programas da companhia para a valorização do atendimento, o aumento das vendas e a fidelização de clientes.

No chamado mercado consumidor, as áreas de negócios seguiram alinhadas com nosso planejamento estratégico, no que toca às metas de crescimento, rentabilidade, responsabilidade social e ambiental. Isso vale para o segmento asfáltico, onde mantivemos a posição de maior distribuidora do mercado nacional; entre os grandes consumidores, com *market share* de 56,7%, seguidos por recordes de vendas e um faturamento de R\$ 32,3 bilhões; na área de aviação, em que a Copa do Mundo apresentou um desafio logístico considerável; nos negócios de energia, ressaltando-se a expansão progressiva da nossa atividade no Espírito Santo, como empresa concessionária de distribuição de gás natural; e no segmento de produtos químicos, com atuação destacada em áreas como *supply house*, agronegócio e solventes.

Nossos investimentos no ano passado somaram R\$ 1,1 bilhão. E a área operacional - um dos pilares de atuação da BR, dentro da estratégia de garantir o suprimento ao mercado com logística integrada, confiável e sustentável - mereceu parte importante desses recursos. Nesse sentido, a inauguração do terminal de Porto Nacional (TEPON), no Tocantins, e da nova base em Cruzeiro do Sul (BASUL II), no Acre, além da ampliação em curso da fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias (RJ), são emblemáticas.

Na área de recursos humanos, salientamos iniciativas desenvolvidas para assegurar o plano de metas e o desenvolvimento organizacional, como o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), o lançamento do processo seletivo público (com mais de 122.000 inscritos), e o programa de sucessão. Encerramos 2014 com 4.080 empregados, 8,3% a menos que em 2013. Nossa Governança Corporativa também foi reforçada, com o desdobramento na Petrobras Distribuidora do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC).

A despeito dos bons resultados operacionais e comerciais, a Petrobras Distribuidora apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 1.123 milhões no exercício, 47% inferior a 2013 (R\$ 2.132 milhões), refletindo principalmente o provisionamento de R\$ 1.096 milhões relativos aos créditos das térmicas produtoras independentes de energia e de térmicas estaduais e a redução do resultado financeiro. A Petrobras Distribuidora continuará buscando manter a liderança de mercado, com agregação de valor a seus negócios, e, conseqüentemente, a valorização de sua marca, valores expressos em nossos pilares estratégicos. Em 2014, solidificamos esses objetivos e estamos prontos para os novos desafios que, certamente, virão em 2015.

**José Lima de Andrade Neto**

Presidente

#### PERFIL

Somos uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, fundada em 1971, que atua em todos os estados brasileiros, na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis.

Somos líder no setor, exercendo atividades no mercado de rede de postos de serviço e no mercado consumidor, que tem como clientes indústrias, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, termelétricas, transportadores revendedores retalhistas (TRRs), entre outros.

Para atender aos 7.931 postos de serviço da rede e aproximadamente 13.868 clientes consumidores, nos valem da capilaridade de nossa infraestrutura logística que é composta por 75 terminais e bases e um centro coletor de álcool perfazendo uma capacidade de armazenagem de 1,53 milhão de m<sup>3</sup>. Contamos ainda com a presença em 111 aeroportos, uma fábrica de lubrificantes, sete fábricas de asfalto, sete CAIS e 25 depósitos, sendo 17 de lubrificantes, sete de produtos químicos e um depósito de lubrificantes marítimos.

Detemos, ainda, participação societária na Stratura Asfaltos S.A. (100%), CDGN Logística S.A. (49%), BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. (49%), EBL - Companhia de Eficiência Energética S.A. (33%), Brasil Supply S.A. (6,68%), Brasil Carbonos S.A. (49%), Pecém Energia S.A. (45%) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (50%).

#### RESULTADOS E NEGÓCIOS

##### Estratégia Corporativa

Em 25 de fevereiro de 2014 foram aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras o Plano Estratégico 2030 (PE 2030) e o Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 (PNG 2014-2018) do Grupo Petrobras.

Orientamos nossos negócios a partir do Plano Estratégico e do Plano de Negócios e Gestão (PNG), instrumentos que contêm o posicionamento estratégico da empresa. Nosso Plano Estratégico atualmente em vigor, o Plano Estratégico BR 2030, define direcionadores e objetivos a serem alcançados que são desdobrados em ações e metas para os negócios e para as diversas atividades da empresa.

Além disso, o Plano Estratégico BR 2030 engloba o Plano de Negócios e Gestão BR 2014-2018, que consolida os resultados previstos para os próximos 5 anos e define a nossa carteira de projetos de investimento. Aprovado pelo Conselho de Administração, o Plano Estratégico da Petrobras Distribuidora se integra ao Plano Estratégico Petrobras, cobrindo a área de negócios da Distribuição, compartilhando e incorporando os cenários macroeconômicos corporativos e se apoiando no cenário traçado para o mercado, mapeando as oportunidades de negócios, incertezas críticas e desafios futuros, a partir dos quais são projetados os objetivos e metas.

O Plano Estratégico BR, a partir da Visão 2030 de "ser Líder no mercado de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, integrada na cadeia logística e a preferida pelos nossos públicos de interesse", é estruturado em quatro grandes Estratégias de Negócio: Liderança, Agregação de Valor, Capacidade Logística e Marca.

##### Estratégia BR 2030



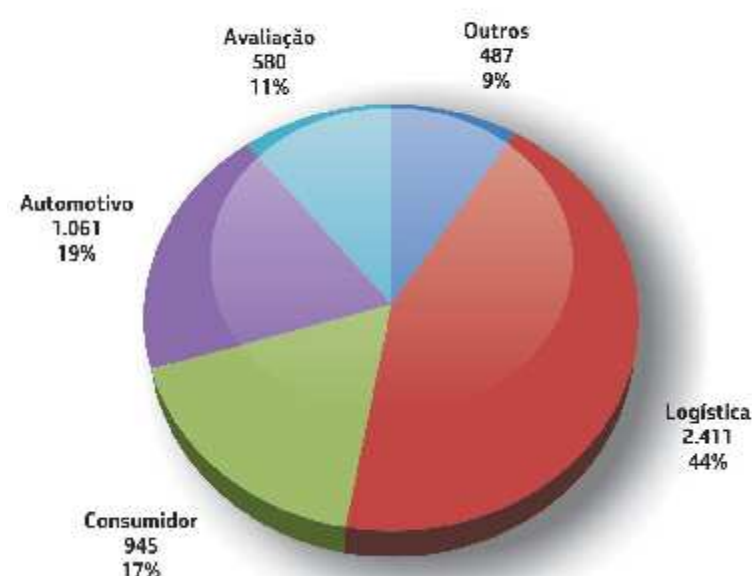
Essas estratégias balizam a projeção dos resultados e os recursos necessários à sua consecução, constantes do Plano de Negócios e Gestão BR 2014-2018, sempre com foco nas três grandes dimensões de desempenho: crescimento, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

O maior desafio desse Plano continua sendo a ampliação da capacidade logística, de forma a sustentar a nossa liderança num cenário de crescimento ainda acelerado do mercado. Até 2018, a previsão constante do PNG 2014-2018 é de termos um crescimento médio anual da demanda de combustíveis e lubrificantes em torno de 3,6% a.a. Para acompanhar esse crescimento vão ser necessários R\$ 2,41 bilhões aplicados em Logística e Operações, 44% de um total de R\$ 5,48 bilhões previstos. Além dos investimentos na ampliação/adequação de bases e terminais, foram previstos R\$ 945 milhões de investimentos no mercado de Grandes Consumidores, dos quais R\$ 378 milhões só na ampliação/adequação da infraestrutura de abastecimento nos aeroportos. Para o mercado automotivo, foram previstos R\$ 1,061 bilhão na manutenção/ampliação da Rede de Postos. Esses investimentos devem suportar o alcance de uma participação de mercado de 37,3% em 2018.

É importante destacar que os recursos destinados à Rede de Postos e à área de Aviação são investimentos que visam não só o crescimento das vendas e resultados, diretamente, mas atendem também à necessidade de preservação e ampliação do valor percebido da marca Petrobras na Distribuição. São investimentos na imagem dos postos, na vinculação de novos postos para a Rede, na ampliação da nossa presença em aeroportos, nos programas de fidelização e na garantia de qualidade dos produtos e serviços, entre outros, que potencializam a percepção dos públicos de interesse quanto à força da marca da companhia.

Complementando, vinculado à estratégia de agregação de valor, o principal Objetivo Estratégico é o de "buscar um posicionamento em lubrificantes compatível com o posicionamento em outros produtos". Este objetivo está suportado, em grande parte, pelo projeto de ampliação e modernização da Fábrica de Lubrificantes, atualmente em andamento, que deverá se consolidar, quando da sua conclusão, como o maior empreendimento da Petrobras Distribuidora dos últimos anos, com capacidade de alavancar as vendas de lubrificantes, que é a linha de produtos de maior rentabilidade no mix da empresa.

##### Investimentos PNG 2014-2018 (R\$ milhões)



O Plano Estratégico BR 2030 está estruturado de forma a garantir a participação de mercado da companhia nos patamares aprovados (entre 37% e 38%) e na geração de valor nos seus negócios. É inegável que existem desafios importantes que terão que ser enfrentados para que o plano alcance seus objetivos. Um ponto crítico do cenário vislumbrado é a perda de grande parte do fornecimento de combustíveis para mercado de térmicas do sistema isolado (região norte do país), que vem sendo substituído, de forma progressiva, pelo gás natural e pela implantação de linhas de transmissão nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa perda foi amplamente compensada nos dois últimos anos pelo aumento da demanda de geração de energia térmica do Sistema Interligado Nacional, função das condições climáticas excepcionais nesse período, que levou a uma situação de seca prolongada com redução da capacidade de geração hídrica e conseqüente necessidade de despacho das térmicas a óleo, favorecendo a manutenção das vendas em patamares elevados.

Mas essa situação não deve persistir nos próximos anos e a redução prevista na venda para térmicas vai coincidir com um período de altos investimentos em infraestrutura logística, o que deverá impactar de forma relevante, nos primeiros anos, a nossa rentabilidade. Esses impactos estão considerados no plano, sendo mitigados por ganhos em outros segmentos. Contudo, para o cumprimento das metas, a capacidade de otimizar a aplicação dos recursos deverá ser um fator cada vez mais crítico.

A partir desse quadro, temos desenvolvido mecanismos importantes de governança e avaliação dos nossos investimentos, buscando otimizar a aplicação de recursos. Em 2014, passou a funcionar o novo Comitê de Integração de Avaliação de Projetos de Investimento que ajudou a consolidar a adoção de Sistemática de Aprovação de Projetos de Investimento, implantada em 2013 e que orienta a avaliação das oportunidades de investimento com base no grau de maturidade dos projetos propostos e o seu alinhamento às nossas estratégias. Esse trabalho, voltado à melhoria da qualidade da gestão da fase de concepção e projeto dos empreendimentos, complementou a atuação do Comitê de Integração de Investimentos, que acompanha o orçamento anual dos projetos em fase de execução. Além desses dois comitês de integração, também há o Comitê de Investimentos e Novos Negócios, que atua como mecanismo de suporte ao processo decisório da alta administração, sem caráter deliberativo, com acompanhamento dos projetos de investimentos relevantes e de caráter estratégico.

##### Análise do Mercado de Distribuição

A previsão do Governo Federal de alta de 2,3% do PIB em 2014 não se confirmou. A variação foi praticamente nula (0,1%), bem aquém do desempenho de 2013 que foi de alta de 2,7% frente a 2012.

A ausência de crescimento da economia brasileira em 2014 foi afetada principalmente pela queda do setor industrial (-1,2%) e pela desaceleração do consumo das famílias (+0,9%), abaixo do crescimento de 2,9% de 2013. A queda dos investimentos em 2014 (-4,4%) afetada por um ambiente de maior incerteza, também contribuiu para o mau desempenho do PIB.

Já o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil voltou a apresentar um expressivo crescimento de 6,2%, superando o PIB pelo quinto ano consecutivo. Tal crescimento foi influenciado pelo aumento da massa de rendimentos da população em 2014, que cresceu 4,3% e pelo crescimento de 5,5% da frota de veículos leves, alavancada pelo estímulo ao crédito e desoneração temporária de impostos. O uso de térmicas para suprir o fornecimento de energia elétrica no país foi outro fator que impulsionou esse crescimento expressivo no Brasil em 2014.

##### Var % PIB - Mercado Distribuição de Combustíveis



Em 2014, foram comercializados 134,4 bilhões de litros de combustíveis e lubrificantes. O diesel e a gasolina responderam por quase 80% do total. O aumento de participação da gasolina, etanol e combustíveis escuros através de aumentos expressivos do consumo em 2014 fez com que o diesel perdesse 1,5 p.p. de participação na

continua

continuação



Ministério de Minas e Energia



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes, conforme demonstrado a seguir. Embora menos relevante, os combustíveis de aviação tiveram uma ligeira queda na participação apesar de também apresentarem aumento no consumo em 2014 comparativamente a 2013.

### Participação dos Produtos – Mercado Global



O expressivo aumento de consumo de combustíveis e lubrificantes de 6,2% foi impactado pelo comportamento das vendas de gasolina, etanol e óleo combustível, que obtiveram crescimento de 7,6%, 14,1% e 27,3%, respectivamente.

### Var (%) 2014/2013 e Volume 2014 (bilhões litros) por Produto



Pelo oitavo ano consecutivo tivemos crescimento do consumo da gasolina. Em 2014, o crescimento de 7,6% é reflexo da combinação do aumento da frota de veículos leves e do consumo das famílias. Novamente, os maiores crescimentos vêm das regiões Norte e Nordeste, mas vimos também crescimentos acima da média nacional nas Regiões Centro-Oeste e Sul.

O consumo de etanol hidratado cresceu pelo segundo ano consecutivo, apresentando alta de 14,1%, com expressivos crescimentos nas regiões sudeste e sul, acima da média nacional. Esse crescimento deve-se ao crescimento da frota de veículos leves atrelado a um preço bomba competitivo (equivalente ou inferior a 70% do valor da gasolina) em alguns Estados que representam 80% do consumo nacional como em São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O consumo de combustíveis de aviação se recuperou em 2014 com crescimento de 3,1%, após ligeira queda em 2013. A demanda por voos em 2014 em relação ao mesmo período de 2013 cresceu 5,6% (ANAC - RPK).

Quanto aos combustíveis escuros, o expressivo fornecimento para termelétricas para geração de energia em 2014, devido aos baixos níveis dos reservatórios do SIN (Sistema Integrado Nacional), propiciou um crescimento nas vendas de 27,3% sobre 2013, mantendo patamar de crescimento do ano anterior e crescimento pelo terceiro ano consecutivo. Vale destacar a comercialização a partir de 1º de janeiro de 2014 da gasolina de baixo teor de enxofre, com apenas 50 p.p.m., nos postos revendedores em todo o País.

Quanto ao diesel S1800, a partir de 1º de janeiro de 2014 foi concluída a substituição pelo diesel S500. Distribuidores e revendedores varejistas de municípios em que ocorreu a mudança tiveram prazo de 60 a 90 dias, respectivamente, para escoar seus estoques adquiridos até 31 de dezembro de 2013.

Por fim, o teor de biodiesel no diesel, que era de 5% desde janeiro de 2010, subiu para 6% em julho de 2014 e para 7% em novembro de 2014.

## Desempenho Comercial

### Segmento Revendedor

Mantivemos a liderança no mercado revendedor de combustíveis em 2014, com *market share* anual de 29,7%. O volume comercializado totalizou 27,9 milhões de m<sup>3</sup>, 5,9% superior às vendas do ano anterior, com destaque para o crescimento das vendas de gasolina (8,4%), etanol (11,5%), óleo diesel (2,5%) e lubrificantes (2,4%).

Desenvolvemos uma série de ações voltadas à manutenção da liderança no mercado revendedor de combustíveis, oferecendo produtos e serviços de qualidade, mantendo assim o compromisso com o desenvolvimento do país.

Entre as principais iniciativas adotadas destacamos o lançamento da 6ª edição do Plano Integrado de Marketing (PIM), que engloba diversos programas da companhia para a valorização do atendimento, o aumento das vendas e a fidelização de clientes. Em 2014, o PIM contou com a participação de cerca de 6.300 postos, 900 lojas BR Mania e 900 unidades Lubrax+.

Em nosso programa de fidelidade da rede de postos Petrobras, o Petrobras Premmia, ao longo de 2014 tivemos 41 eventos e mais de 40 parcerias ativas, que resultaram em mais de 1 bilhão de pontos resgatados pelos mais de 6,7 milhões de participantes, dos quais 2,2 milhões aderiram ao programa neste ano, totalizando mais de 49,1 milhões de transações realizadas.

Já para os nossos revendedores e suas equipes, através da campanha de incentivo Desafio Petrobras, oferecemos ferramentas de gestão dos negócios e de motivação, visando incrementar as vendas e melhorar a padronização de imagem e atendimento na rede de postos Petrobras. Os estabelecimentos que cumpriram 100% do *checklist* do padrão Petrobras de atendimento, conquistaram o total de mais de 600 Vans de Prêmios, com premiação para todos os colaboradores. Outra ação bem sucedida foi a de estímulo à venda da nova gasolina Petrobras Grid, em que mais de 94% dos postos participantes superaram suas metas e tiveram suas equipes premiadas.

Para incentivar um bom relacionamento com nossos públicos de interesse, intensificamos nossa presença em feiras e eventos, participando de mais de 200 eventos em todo o Brasil, como o "Moto 1.000 GP", onde apresentamos nossa linha de lubrificantes para motos e a "Fórmula Truck", o principal patrocínio automobilístico do país que há 17 anos é apoiado pela Petrobras Distribuidora.

### Lojas de Conveniência BR Mania

Em 2014, a BR Mania comemorou 20 anos de muito sucesso, ultrapassando a marca de 1.000 unidades e cerca de 90 milhões de consumidores atendidos. Foram lançados 10 produtos na linha de *food-service* de marca própria, que conta com mais de 140 produtos oferecidos. A categoria alcançou crescimento de 44% em relação ao ano anterior, com 19 milhões de unidades de produtos *food-service* compradas por nossa rede franqueada.

O faturamento da rede foi de aproximadamente R\$ 1 bilhão, 27% superior ao realizado em 2013. Com a expansão dos acordos comerciais com a indústria, que trouxeram investimento de parceiros na BR Mania, propiciamos à rede de franqueados, além do aumento de lucratividade, inúmeras promoções que acontecem em todos os meses do ano.

Um dos marcos de 2014 foi a obtenção do selo de excelência em *franchising* concedido pela ABF (Associação Brasileira de Franchising). A BR Mania é a única loja de conveniência do segmento de distribuição de combustíveis que possui o selo de excelência.

Dentre as comemorações pelos 20 anos BR Mania, foi inaugurada a loja conceito em nosso edifício sede, o Edifício Lubrax, que conta com todos os produtos e serviços oferecidos pela franquia: BR Mania Café, BR Mania Padaria, sanduíche montado e produtos de marca própria. A loja funciona como um laboratório para lançamentos de produtos e experimentação de novos serviços e modelos de parceria, sendo também um centro formador de profissionais especialistas em BR Mania.

Além disso, em 2014 implementamos uma nova Central de Pedidos BR Mania, melhorando a nossa gestão na operação de recebimento de pedidos dos franqueados.

### Centros de Lubrificação Lubrax +

Em relação à rede Lubrax+, registramos forte expansão totalizando mais de 1.000 unidades ativas. O faturamento da rede franqueada, que atingiu R\$ 137 milhões, teve um crescimento de 95% em relação ao ano anterior. Mais de 1.200 lubrificadores foram treinados. Realizamos duas grandes promoções de três meses cada, onde foram distribuídos mais de 280 mil brindes.

Ocorreu também o lançamento do Lubrax+ Moto, um serviço de troca de óleo especializado nesse segmento, com sistema informatizado, manual técnico, ferramental e produtos específicos para motos. Esse serviço vem atender uma demanda dos nossos revendedores para atender um mercado em franca expansão.

As franquias também tiveram forte destaque na mídia em campanhas publicitárias para divulgar as marcas BR Mania e Lubrax+ em âmbito nacional, através de TV paga, revista, rádio, internet, entre outros meios. Houve grande integração com o programa de fidelidade Premmia: nas franquias, além de acúmulo de pontos também foi possível a troca por produtos.

### Gasolina Petrobras GRID

Sempre visando o aprimoramento do seu portfólio de produtos, lançamos uma nova gasolina aditivada de alta tecnologia, a gasolina Petrobras Grid, ocupando o lugar da gasolina Supra. Além de possuir aditivos detergentes e dispersantes na sua composição, a nova gasolina apresenta como diferencial, aditivo modificador de atrito, que reduz o atrito no motor, proporcionando melhor desempenho, com melhores tempos de retomada de velocidade. Estes aditivos contribuem para redução do desgaste do motor, diminuindo o custo de manutenção do veículo.

Outro destaque foi o lançamento do lubrificante Lubrax Ferozes, destinado ao segmento de motocicletas de motores quatro tempos, especialmente às de competições *off road*, que enfrentam condições extremas. O diferencial do novo produto - que veio completar a "família Lubrax" para moto - é exclusiva Titanium Technology, que garante redução de atrito, em especial no instante da partida, momento mais crítico do funcionamento do motor.

### Grandes Consumidores

Quanto ao segmento de Grandes Consumidores atendemos 13.868 clientes em 2014, atingindo um *market share* de 56,7%, resultante de um incremento de 11,8% em nossas vendas e faturamento de R\$ 32,3 bilhões. Neste mesmo segmento obtivemos diversos recordes de vendas de produtos totais, sendo o maior o de outubro, que foi de 1.753 mil m<sup>3</sup> e também em lubrificantes, com 15,1 mil m<sup>3</sup> também em outubro.

Realizamos o suprimento das empresas do Sistema Eletrobras na região Norte, fornecendo combustíveis e lubrificantes às usinas termelétricas dos sistemas isolados, que contemplam, aproximadamente, 170 usinas termelétricas de geração de energia, espalhadas em quatro estados da região: Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. Com um volume contratado de, aproximadamente 39 mil metros cúbicos por mês, este é um dos maiores contratos que já firmamos para atendimento à região Norte, o que nos motiva a superar as complexas condições logísticas da região, que, além de ser muito extensa em termos territoriais, apresenta uma complexidade logística que exige mudanças a cada ano, principalmente em função das condições de navegabilidade dos rios.

Além disso, ganhamos o BID de lubrificantes da Vale com volume total de 2.517 m<sup>3</sup>/mês, representando um aumento de *market share* de 2%. Celebramos contrato de 60 meses para fornecimento exclusivo de lubrificantes para a montadora Mitsubishi, abastecendo 180 concessionárias e a fábrica em Catalão/GO (1º enchimento), com faturamento de R\$ 21 milhões/ano e volume de 3 mil m<sup>3</sup>/ano.

### Aviação

Um dos principais destaques do ano foi a operação realizada durante a Copa do Mundo, com mais de 103 mil voos abastecidos, em todas as cidades sedes, sem nenhum registro de atraso, culminando no recorde de atendimento no aeroporto do Galeão/RJ, no dia seguinte à final da Copa, com 3.000 m<sup>3</sup> vendidos em um dia, 138% acima da média diária. Ressalta-se que o Galeão, com 852 movimentos aéreos, atingiu o recorde das Copas (na Copa de 2010, na África do Sul, o dia seguinte à final teve 807 movimentos no aeroporto de Johannesburg; na Copa de 2006, na Alemanha, foram 817).

Vale destacar também a expansão do projeto "Aeroporto Verde", atingindo 20 aeroportos no ano, visando à sustentabilidade das nossas operações com foco na redução de consumo de energia, com utilização de fontes alternativas, e reuso de água com captação da água da chuva.

Mantendo as ações de planejamento estratégico de longo prazo da companhia, demos continuidade ao nosso plano de expansão, estando atualmente presente em 111 aeroportos do país, com um faturamento total de R\$ 11,1 bilhões. Nossa presença física se expandiu para Foz do Iguaçu/PR, São Gonçalo do Amarante/RN, entre outros. Além disso, inauguramos em Brasília/DF, Vitória/ES e Amarais/SP mais três unidades do BR Aviation Center (centro de prestação de serviços, voltado especificamente para os clientes da aviação executiva, com tratamento personalizado e a máxima comodidade entre os voos). Criamos três novos espaços BR Aviation, sendo um em Manaus/AM, um em Maceió/AL, e outro em Santarém/PA, e inauguramos um BR Aviation Auto Center (centro de prestação de serviços às frota automotivas das empresas estabelecidas nos aeroportos) no aeroporto de Confins/MG.

### Negócios de Energia

No segmento de combustíveis sólidos, comercializamos 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo (CVP), consolidando a nossa atuação neste setor.

Em nossa concessão de gás natural do Espírito Santo, o consumo médio dos clientes cresceu 13% e batemos o recorde mensal de comercialização em agosto, com 122,8 milhões de m<sup>3</sup> vendidos. Além disso, superamos a marca de 30 mil clientes ativos, a grande maioria nos setores residencial e comercial. Também continuamos a avançar no projeto de interiorização da rede de gás natural, aumentando 20% do volume entregue para o interior do estado graças ao início do atendimento em São Mateus e Colatina.

Na área de energia, instalamos mais de 130 MW de energia através dos projetos de geração dedicada e geração na ponta em todo o Brasil. Além disso, celebramos um contrato de eficiência energética e geração na ponta com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ (CEDAE), para modernização e incremento da confiabilidade de operação da estação de tratamento de Laranjal no Rio de Janeiro, unidade responsável pelo abastecimento de água para mais de 1,7 milhões de habitantes. Complementarmente, consolidamos o projeto de fidelização de grandes consumidores, por meio da oferta de serviços de eficiência energética e ecoeficiência.

### Produtos Químicos

Na área de produtos químicos, obtivemos o recorde de participação de 34,9% no mercado de solventes. A comercialização de enxofre foi de 131 mil m<sup>3</sup>, também recorde, motivada pelo aumento da produção nas refinarias, sobretudo em função da redução do teor de enxofre nos combustíveis. Destaque, ainda, para o crescimento de 4,2% nas vendas de ureia, mantendo uma média de crescimento anual da ordem de 18% ao ano desde 2011, primeiro ano completo de comercialização de ureia.

Na área de petróleo, mais um ano positivo nas vendas para o E&P, área de exploração e produção da Petrobras, sobretudo nas vendas de produtos para produção, com crescimento próximo a 15% em razão da entrada de novas plataformas ao final de 2013 e ao longo de 2014. Destaque também para a conclusão das negociações para a retomada do fornecimento de produtos para a unidade operacional do Rio Grande do Norte e Ceará (UO-RNCE), única unidade operacional do E&P para o qual não fornecíamos produtos químicos.

### Segmento Asfáltico

Em sinergia com o nosso planejamento estratégico, mantivemos a posição de maior distribuidora no segmento de distribuição de produtos de pavimentação, comercializando 711 mil ton. de produtos asfálticos e faturamento de R\$ 1,5 bilhão.

O ano de 2014 teve como destaque o atendimento a grandes obras de construção civil que ocorreram no Brasil. Neste campo, podemos destacar a conclusão das obras do arco metropolitano no estado do Rio de Janeiro que consumiu cerca de 30 mil toneladas de produtos asfálticos durante a sua obra, que foi concluída em Julho de 2014. Além dos produtos de pavimentação, é válido destacar que também fomos responsáveis pelo fornecimento de combustíveis e lubrificantes à obra da Construção da Usina de Belo Monte no Pará, obtendo inclusive a renovação do contrato com o consórcio até o final das obras.

Ainda em 2014, assinamos contratos de fornecimento de produtos asfálticos com concessionárias das rodovias federais que foram licitadas no âmbito do Programa de Investimentos em Logística (PIL) do governo federal. O diferencial tecnológico do nosso produto, aliado à assistência técnica permanente, por meio de pesquisas no nosso Laboratório Central de Pavimentação (LCPBR), foram o diferencial para a conquista desses fornecimentos. Tais contratos contribuirão pela manutenção de nossa liderança no mercado de distribuição de produtos asfálticos.

### Logística

Dando continuidade à implementação do Plano Diretor de Logística - Transportes (PDL-T), cujo piloto do projeto iniciou-se no final de 2011, fechamos o ano de 2014 com 51% das contratações de transporte rodoviário no padrão PDL-T, que prevê períodos maiores de contrato (2 a 5 anos), idade mínima da frota, monitoramento de caminhões tanque. O principal objetivo do PDL-T é criar bases sólidas para a nossa gestão dos transportes, tais como: garantia de transporte, melhoria do nível de serviço, cumprimento de requisitos de segurança, meio ambiente e saúde e monitoramento e gestão da frota. Dentre os principais resultados do projeto podemos destacar o aumento de 26% da produtividade dos terminais e a redução de mais de 60% das não conformidades de SMS.

Em complemento, integramos ao nosso sistema operacional uma solução para suportar os processos de gestão de transporte, desde o planejamento da demanda e contratação, até o pagamento das transportadoras - o Sistema Integrado de Gestão de Transporte (SIG-T). O SIG-T visa apoiar a tomada de decisão e a gestão efetiva dos contratos de transporte através de um único sistema, bem como a avaliação do desempenho dos transportadores. Também se propõe a eliminar uma série de trabalhos manuais e aperfeiçoar os processos, tornando-os mais seguros, ágeis, confiáveis e auditáveis.

Além disso, criamos um novo Plano Diretor de Logística - Infraestrutura (PDL-I), com o objetivo de identificarmos os principais gargalos logísticos para os próximos 10 anos, a partir de uma análise detalhada de demanda e de nossa infraestrutura, incluindo a situação atual e a prevista da malha logística no Brasil. Um dos principais ganhos deste plano é o de auxiliar na priorização de execução dos diversos projetos de infraestrutura da companhia, além de identificar as localidades que podem ter seu nível de serviço ampliado a partir de melhorias de processo, ampliação de horário de atendimento e reativação ou remanejamento de recursos já existentes.

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Preocupados com o suprimento de etanol, iniciamos duas novas operações em 2014, que são o contrato com a Logum Logística e a realização de operações de cabotagem de etanol do sudeste para o nordeste. A contratação da Logum Logística nos permitiu acesso a um sistema formado por dutos interligando o interior de São Paulo – uma das principais regiões produtoras de etanol – aos principais mercados consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro, possibilitando a retirada de aproximadamente 1.000 viagens de caminhões tanque de etanol nestes trechos e uma redução no custo de aquisição do produto na ordem de 1,5%. Quanto à operação de cabotagem, para suprir a região nordeste no período da entressafra de 2014, realizamos um projeto muito bem sucedido de suprimento através de cabotagem, que foi dividido em duas fases: na primeira fase foram contratados três navios, os quais transferiram etanol a partir do porto de Santos para o nordeste do país, na segunda fase mudamos a modalidade de contratação, adquirindo o produto com os custos da cabotagem por conta do fornecedor. No total foram adquiridos 168 mil m<sup>3</sup>, gerando um ganho total estimado de R\$ 10 milhões.

Finalmente, concluímos em 2014 as negociações com a Petrobras para o arrendamento do Terminal de São José dos Campos (TEVAP), localizado em São José dos Campos/SP. Através desta operação, deixaremos de ser uma prestadora de serviços operacionais e passaremos a ser responsáveis pela gestão do terminal. Dentre os benefícios esperados podemos destacar o ganho de agilidade e autonomia operacional, em uma localização estratégica.

### Investimentos

Nossos investimentos em 2014 chegaram a R\$ 1,1 bilhão, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural e foram determinados pelo crescimento do consumo de derivados de petróleo e seus consequentes desafios logísticos, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

#### INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS

	R\$ mil				
	Exercício				
	2014	%	2013	%	Δ%
Ampliação e Melhorias de Terminais, Bases e demais					
Instalações Operacionais	298.822	27	254.572	25	17
Manutenção e Ampliação da Rede de Postos	215.898	20	154.803	15	39
Novos Empreendimentos	144.994	13	252.311	24	- 43
Construção / Modernização de Unidade Abastecedora de					
Aeronaves (UAAs)	77.949	7	58.425	6	33
Obras em aeroportos e pools	65.445	6	81.217	8	- 19
Tecnologia da informação	61.176	6	58.284	6	5
Aportes e Investimentos em Controladas (*)	43.017	4	10.352	1	316
Automação de Terminais e Bases	44.779	4	20.958	2	114
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	35.892	3	36.547	3	- 2
Expansão da rede de Gás Natural / ES	32.823	3	39.677	4	- 17
Obras e Instalações em Clientes Consumidores	26.217	2	27.106	3	- 3
Infraestrutura de Supply House	17.937	2	17.782	2	1
Manutenção da Infraestrutura Administrativa da BR	17.608	2	12.015	1	47
Melhorias nas Fábricas de Emulsões Asfálticas - BR	5.558	1	3.414	0	63
Projetos de Energia na Base de Clientes	263	0	5.681	0	- 95
	<b>1.088.378</b>	<b>100</b>	<b>1.033.144</b>	<b>100</b>	<b>5</b>

(\*) Os Investimentos Diretos das Controladas em Conjunto passaram a ser acompanhados a partir de 2014, através de seu % de participação.

Investimos em nossas unidades operacionais de armazenagem e distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis (etanol e biodiesel) com foco no aumento da capacidade de movimentação e nas adequações da infraestrutura operacional para a comercialização do diesel com baixo teor de enxofre (S10) e para o aumento do teor do biodiesel de 5% para 7%.

Atendemos a novos marcos regulatórios e efetuamos obras para incremento da produtividade objetivando a redução no tempo de permanência dos caminhões nas unidades.

Aumentamos a nossa capacidade de armazenagem em 31 mil m<sup>3</sup> nas bases e terminais já existentes, através da construção e reforma de tanques e da infraestrutura de recebimento e expedição de produtos pelos modais rodoviário, ferroviário e fluvial.

Com foco no atendimento a requisitos legais demandados principalmente por órgãos ambientais, corpo de bombeiros e demais órgãos públicos (Ministério Público, Ministério do Trabalho, Prefeitura e etc...) investimos em 40 unidades operacionais, atendendo a programas e diretrizes corporativas de SMS, com destaque para as obras de renovação do sistema de combate à incêndio nas unidades operacionais localizadas em Brasília e Goiânia.

Contando com uma rede de 7.931 postos, entre próprios e de terceiros, para a manutenção e ampliação dessa infraestrutura varejista realizamos investimentos voltados para reformas, instalação/substituição de equipamentos, automação e serviços para atendimento às exigências ambientais, dando continuidade às adequações necessárias para a comercialização do diesel UBTE (Ultra Baixo Teor de Enxofre) nos postos.

Com o foco de manter a plena conformidade com a legislação brasileira relativa ao meio ambiente e à segurança, adquirimos equipamentos para Sistema de Drenagem e Separadores de Água e Óleo (SAO), que garantem o enquadramento dos efluentes dos postos para a rede de postos revendedores; como também sistemas de contenção secundária ("Sumps"), capazes de conter eventuais vazamentos em bombas e pontos de recebimento de combustíveis, garantindo a proteção do solo, dos lençóis freáticos e de cursos d'água; além de para-raios e sistemas de aterramento, que garantem a integridade do patrimônio do posto e a segurança dos trabalhadores e dos clientes, em caso de descargas atmosféricas.

Investimos na expansão da rede de gás canalizado, construindo mais 43 km de rede para atender aos clientes comerciais e residenciais nas cidades de Vitória, Serra e Vila Velha, no estado do Espírito Santo e mais 5,2 km para atendimento ao polo industrial CIVIT-I/Serra, localizado no mesmo estado.

Em alinhamento ao crescimento do mercado de asfaltos modificados, efetuamos melhorias na capacidade produtiva de nossas fábricas de asfaltos, como também na atualização tecnológica do Laboratório Central de Pavimentação, localizado no Rio de Janeiro. Além disso, adquirimos equipamentos para armazenagem de combustíveis nas obras de clientes do segmento asfáltico e implantamos sistema de captação de águas pluviais na Fábrica de Emulsões Asfálticas do Paraná - FASFPAR.

No segmento de aviação, construímos e ampliamos instalações em aeroportos onde se destacam os projetos das instalações nos aeroportos de Guarulhos, Brasília, Confins, Porto Alegre e São Gonçalo do Amarante, além das obras de ampliação e melhoria em Santa Maria, Campo Grande, Belém, Uberaba e Salvador. Destaca-se também o aumento da frota de UAAs (unidades abastecedoras de aeronaves) em 217 unidades nos últimos 5 anos, sendo 48 unidades somente no ano de 2014, totalizando 619 UAAs em operação nos 111 aeroportos em que atuamos, com cerca de 87.000 operações mensais de abastecimentos de combustíveis de aviação. Tendo em vista o crescimento médio do Mercado de Combustíveis de Aviação (5,7% ao ano) no período de 2010 a 2014 e que a ausência de previsibilidade/regularidade de voos na aviação geral exige a disponibilidade permanente de equipamentos para atendimento, elaboramos um Plano de Ampliação de Frota para adequação da crescente demanda e para dispor de flexibilidade no deslocamento dessas UAAs para qualquer lugar do país, podendo atender aos aumentos de demanda extraordinários relacionados principalmente aos eventos de grande expressão que ocorreram e ocorrerão no Brasil, como a Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Para atendimento à demanda crescente da área de E&P da Petrobras investimos na aquisição de 330 contentores offshore, como também na adequação e reforma para aumento da capacidade operacional do depósito de supply house do Rio de Janeiro. Além disso, realizamos obras de pavimentação nos pátios dos depósitos de supply house de Vitória - ES e do Rio de Janeiro - RJ. Os depósitos de supply house são instalações localizadas próximas às unidades operacionais do E&P da Petrobras que atuam no recebimento, armazenagem, envase, movimentação e expedição de produtos químicos, visando suprir a demanda das plataformas e sondas marítimas e terrestres sob gestão da Petrobras.

Todos investimentos e projetos acima mencionados têm se traduzido em crescimento, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental para a companhia, se refletindo na manutenção da liderança no mercado de distribuição de combustíveis, e por consequência, fidelizando os consumidores e ampliando o relacionamento com eles.

### Novos empreendimentos

#### Terminal de Porto Nacional

Permitindo iniciar o atendimento a uma região com grande crescimento de demanda por combustíveis, inauguramos, em Tocantins, o Terminal de Porto Nacional - TEPON. O novo Terminal, que tem capacidade para armazenar 33 milhões de litros, em uma área de 120.000 m<sup>2</sup>, permite o atendimento a uma região em franca expansão agrícola, com uma logística mais eficiente, garantindo um melhor atendimento aos clientes com menor custo logístico, num estado que era o único onde não possuíamos unidade operacional própria.

#### Base de Cruzeiro do Sul

Atentos à demanda por combustíveis da Região Norte, que deve crescer 3,4% ao ano até 2030, construímos em Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Acre, a Base de Cruzeiro do Sul - BASUL.

A base, denominada BASUL II, que vai armazenar gasolina, diesel e querosene de aviação, e que está em fase de pré-operação, aumentará a capacidade de armazenagem da companhia na região: de 2,7 milhões de litros na Basul I, que será desativada, para 31 milhões de litros na nova base. A nova base minimizará o número de balsas-tanque que ficam paradas durante o período de seca do Rio Juruá, melhorando com isso a logística de fretes para a região, aumentando a segurança operacional.

### Ampliação da Fábrica de Lubrificantes

Principal investimento em nosso plano de negócios, a ampliação da fábrica de lubrificantes, em Duque de Caxias (RJ), ao lado da Reduc, abrange, além de novos equipamentos para a fábrica de lubrificantes, uma nova linha de produção de graxas e área de armazenagem, a incorporação dos mais modernos sistemas de automação e controle, assegurando assim maior eficiência e produtividade à fábrica.

Com conclusão das obras prevista para 2016, o empreendimento ampliará a nossa capacidade de produção em 60%, passando a ser a maior do tipo na América Latina.

### RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um dos nossos direcionadores estratégicos, pois acreditamos que somente o crescimento e a rentabilidade não são suficientes para garantir um negócio sustentável.

Nossa política de responsabilidade social prevê a gestão integrada e ética dos nossos negócios e os relacionamentos com nossos públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, de forma a combater os trabalhos degradante, infantil e escravo, contribuindo para a redução da desigualdade social.

Nesse contexto, destacamos as ações voltadas para nossa cadeia de fornecedores. Em todos os contratos com empresas fornecedoras de materiais e serviços, há uma cláusula proibitiva de trabalho degradante e infantil.

Além do nosso compromisso com a promoção dos Direitos Humanos, participamos, desde 2009, do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres, portanto, temos como objetivo promover a equidade e conscientizar nossos públicos de interesse sobre esses temas. Em virtude das ações implementadas, já fomos contemplados com selo de reconhecimento do Programa duas vezes. Em 2014, realizamos ações como: extensão do auxílio-creche aos homens; inclusão do debate sobre gênero e raça com o público, após exibição de algumas peças do Programa Petrobras Distribuidora de Cultura; divulgação da cartilha sobre assédio moral e sexual para nossos fornecedores; implementação de sala de coleta de leite na Fábrica de Lubrificantes (Caxias - Rio de Janeiro); disseminação de conceitos relacionados a gênero e raça nos Diálogos de Saúde, Meio Ambiente e Segurança para os trabalhadores das obras dos empreendimentos de nossa Companhia. Ademais, realizamos as nossas campanhas de direitos humanos, que abarcam a proteção dos direitos das mulheres e de crianças e adolescentes pelo fim da violência, do abuso e exploração sexual.

Também desenvolvemos outras ações para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, tais como repasse ao Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDC) e divulgação do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos. Por isso, temos sido contemplados, anualmente, desde 2004, com o selo da Fundação Abrinq, como uma "Empresa Amiga da Criança". Além disso, patrocinamos, desde 1997, o projeto "Dançando para não dançar", que ensina balé para mais de 1.500 crianças e jovens de 17 comunidades do Rio de Janeiro.

O Plano de Relacionamento Comunitário da Petrobras Distribuidora desenvolveu em 2014 ações pilotos com o propósito de definir produtos de comunicação e responsabilidade social que atendam às demandas de diálogos com nossas comunidades de entorno. Assim, foram desenhados os seguintes projetos: Programa de Visitas da Fábrica de Asfaltos de Betim; Análise de Risco Social do terminal de São Paulo; parceria com Gerência de Patrocínio no Festival de Teatro Brasileiro, beneficiando as comunidades próximas à Base de Cruzeiro do Sul, ao Terminal de Campo Grande, à Base de Bauru, ao Terminal de São Paulo e à Rede de Gás Natural do Espírito Santo; seleções públicas regionais Petrobras Comunidades (Bauru e Ijuí); além da continuação do Programa Petrobras Agenda 21 nas unidades Fábrica de Lubrificantes - GEI, Terminal de Canoas, Terminal de Mataripe, Rede de Gás Natural do Espírito Santo e Base de Maceió; e os pareceres e planos de ação para os projetos de investimento, com foco em relacionamento comunitário e a cadeia de fornecedores das unidades Terminal de Brasília, Terminal de Campo Grande, Terminal de Cubatão, Depósito do Rio de Janeiro, Base de Marabá e Rede de Gás Natural do Espírito Santo. Também foram produzidos vídeo institucional e cartazes como material de apoio para as unidades em encontros e pautas que envolvam as comunidades.

No que se refere à Política de Saúde, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Segurança (SMES), buscamos a sustentabilidade em atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios.

Alinhados ao Planejamento Estratégico da Companhia, iniciamos em 2014, o programa de melhoria contínua em SMES, com foco na redução do potencial dos acidentes e seus impactos, buscando sustentabilidade ambiental, eficiência energética e a saúde dos trabalhadores, tendo o desempenho dos indicadores como balizador da efetividade do programa.

A governança foi ampliada com comissões específicas para temas candentes como: sustentabilidade e transporte, além do aprimoramento da avaliação dos requisitos de SMES para projetos de investimentos.

Assim, distribuimos produtos com ênfase no menor impacto ao meio ambiente, tais como: o asfalto-borracha, produzido com a borracha moída de pneus, o que melhora as propriedades e o desempenho do revestimento asfáltico, retirando toneladas de rejeitos de borracha do meio ambiente; o *Add Cleaner* - que proporciona uma combustão mais limpa e eficiente, com menor emissão de materiais particulados; além do flua (Arla 32) e do diesel com baixo teor de enxofre (S10), dentre outros. Tais produtos são entregues a partir de unidades operacionais, dentre as quais 30 certificadas nas normas internacionais de gestão da qualidade, segurança, saúde ocupacional e gestão do meio ambiente.

Na gestão da segurança e contingência atuamos em prevenção, redução da acidentalidade, controle dos riscos e prontidão para situações de emergência. Destacando-se os treinamentos, as análises de riscos, o Programa Obras Seguras que, em 2014, promoveu 16 auditorias em unidades operacionais da empresa reduzindo o risco de acidentes em obras, a realização de simulados de emergência, o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte que incluiu o teste de consumo de álcool para motoristas de caminhões tanque na análise prévia dos riscos de viagem, o reforço nas 10 regras de segurança do programa Pacto de Acidente Zero (PAZ) para motoristas e empresas transportadoras e o programa de reconhecimento Motorista Deztaque.

No foco sustentabilidade, o desempenho ambiental, suportado por sistemas de informação, busca a redução do uso dos recursos naturais, com treinamentos virtuais em gestão de recursos hídricos, efluentes e água potável, a minimização da geração de resíduos sólidos e emissões atmosféricas, além da prevenção de impactos à biodiversidade, com o mapeamento e a identificação de áreas protegidas próximas às nossas instalações operacionais.

Buscamos também a inclusão da Eficiência Energética nas operações da Companhia. Através de orientações que contribuem para a elaboração de procedimentos que permitam a otimização do desempenho energético. Deste processo decorre o desenvolvimento de projetos envolvendo iluminação de baixo consumo, o uso racional da energia nas áreas operacionais e administrativas, treinamento da força de trabalho e a criação de indicadores e metas para a gestão da eficiência energética.

### GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

#### Recursos Humanos

Com o objetivo de prover a sustentação do Plano Estratégico da companhia, mantivemos nossa política de atração, desenvolvimento e retenção de seu capital intelectual e de adequação do efetivo. Dentre as diversas iniciativas desenvolvidas em 2014 pela área de Recursos Humanos para assegurar o plano de metas e o desenvolvimento organizacional, destacam-se o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), programas de treinamento e desenvolvimento, o Processo Seletivo Público (PSP) e o programa de sucessão.

A fim de adequar os efetivos da Companhia, preservar os conhecimentos existentes e garantir a continuidade operacional, divulgamos em 12/02/2014 o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). As inscrições foram voluntárias e abrangentes a todos os empregados com idade igual ou superior a 55 anos.

Considerando somente o PIDV, realizamos um número recorde de 344 admissões e 644 desligamentos, sempre atentando aos riscos existentes no processo.

Encerramos 2014 com 4080 empregados, uma redução de 370 empregados, o que corresponde a uma diminuição de 8,3% em relação a 2013.



continua

continuação



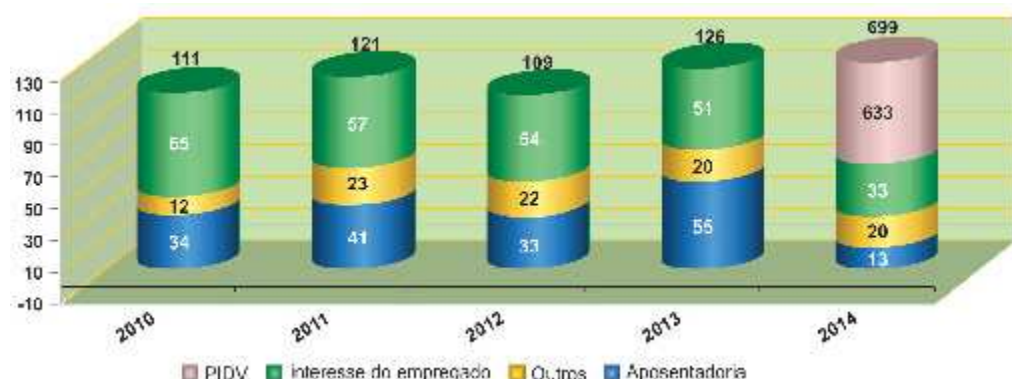
Ministério de Minas e Energia



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Os principais motivos de desligamento foram Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) e interesse do empregado conforme gráfico seguinte:



Visando a preservar os conhecimentos existentes, avançamos na cultura de Gestão do Conhecimento por meio da implementação da Wiki BR, um ambiente colaborativo no qual a força de trabalho pode disponibilizar seus conhecimentos de maneira simples e interativa. Na Wiki BR 555 artigos foram criados, com média 600 acessos/mês.

Com o objetivo de obter processos mais transparentes e identificar melhor aderência do perfil do gestor à função, implementamos a Sistemática Corporativa de Sucessão.

A Sistemática de Sucessão subsidia a decisão de reposição de posições-chave, utilizando critérios e metodologias para identificação de gerentes e empregados com prontidão para assumir posições de maior complexidade. Assim, é possível orientar o provimento e reposição da função gerencial, mediante a identificação de perfil qualificado para assegurar a sustentabilidade do negócio.

Avaliamos constantemente as práticas remuneratórias (plano de cargos, pesquisa salarial, benefícios) de modo a manter atratividade dos processos seletivos. Em dezembro de 2014, foi divulgado o Processo Seletivo Público 01/2014, realizado para provimento de 24 vagas de nível médio e 23 para nível superior e formação de cadastro de reserva em várias regiões do país. O número de inscritos foi superior a 122.000 candidatos evidenciando a atratividade da companhia junto ao mercado de trabalho.

Para fortalecer a atração e a retenção de empregados, possuímos diversas ações com foco em benefícios e em programas de qualidade de vida. Dentre eles, destacamos:

- Assistência Médica Supletiva (AMS): plano de assistência médica destinado a empregados, aposentados e pensionistas da companhia e seus respectivos dependentes, contemplando, em 31/12/2014, aproximadamente 18.400 beneficiários e uma rede credenciada de aproximadamente 22.000 profissionais, incluídos pessoa física e jurídica, em todo o país;

- Programas que visam promover a prevenção, proteção e recuperação da saúde estimulando melhor qualidade de vida e bem estar de seus empregados e dependentes como: Programa Alimentação Saudável; Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno - GESTAL; Programa Saúde do Coração; Programa de Atenção ao Uso, Abuso e Dependência de Alcool e outras Drogas; Programa de Assistência ao Especial; Programa de Assistência Domiciliar; Programa de Preparação para Aposentadoria; Programa de Atividade Física (Caminhada e Treinos de Corrida), entre outros, além de realizar em parceria as campanhas propostas pelo Ministério de Saúde;

- Plano de previdência complementar para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, que é administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial e do auxílio-doença, além de suplementação da pensão e pecúlio por morte do participante;

- Benefícios educacionais cujo objetivo é de contribuir para a formação e a instrução dos dependentes dos empregados da companhia desde a creche até o ensino universitário. Em 2014, foram aplicados mais de R\$ 15,9 milhões em benefícios educacionais, contemplando 2.530 dependentes de 1.717 empregados da companhia.

Investimos R\$ 13,4 milhões em programas de treinamento e desenvolvimento, valor 28% superior ao investimento realizado em 2013. A carga horária média de treinamento por empregado no ano foi de 57 horas.

Uma das sistemáticas que adotamos para disseminar conhecimentos são os cursos de ensino a distância (EAD), que em 2014 alcançou 7.851 participações de empregados nesse tipo de treinamento. Para os novos empregados, além do processo de ambientação foi dada continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Novos Empregados (PDNE), com o objetivo de disponibilizar conhecimentos relacionados ao negócio da Petrobras Distribuidora e à área de atuação do profissional possibilitando, assim, acelerar o desenvolvimento desses empregados e reduzir o tempo de integração à companhia. Realizamos 6 turmas de Ambientação e PDNE atendendo a 364 novos empregados e envolvendo 80 instrutores por turma.

Como instrumento de monitoração e diagnóstico da ambiência da companhia, realizamos anualmente a pesquisa de Ambiência Organizacional, o que nos permite conhecer o grau de satisfação e comprometimento dos empregados e coletar informações que facilitam a tomada de decisões que visem à melhoria das práticas organizacionais ou de gestão de pessoas.

Em 2014, a pesquisa contou com a participação de 84,5% dos empregados. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) e Nível de Comprometimento com a Responsabilidade Social (NCRS) foram de 79% e 87%, respectivamente. Já o Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 79%.

### Governança Corporativa e Organização Geral

Nossa Governança Corporativa é composta por um conjunto de práticas de gestão, envolvendo, entre outros, os relacionamentos entre acionista, conselhos de administração e fiscal, diretoria e auditoria independente, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e proteger os direitos de todas as partes interessadas, com transparência e equidade, com vistas a maximizar os resultados econômico-sociais de nossa atuação.

Nossa estrutura de Governança é composta dos seguintes elementos:

**Conselho de Administração** - É o órgão de orientação e direção superior da companhia. É composto pelos mesmos membros do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A., eleitos pela Assembleia Geral daquela empresa, contando ainda com um representante dos empregados da empresa. Entre suas responsabilidades, previstas em nosso Estatuto Social, estão as de fixar as políticas globais e a orientação geral dos negócios, definindo missão, objetivos estratégicos e diretrizes; aprovar o plano estratégico, os planos plurianuais e os programas anuais de dispêndios e investimentos; fiscalizar a gestão dos diretores e estabelecer suas atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da empresa; e avaliar os resultados de desempenho. Em 2014, incorporamos ao regimento interno do Conselho de Administração procedimento específico para a solicitação de informações pelos seus membros.

**Conselho Fiscal** - Exerce um controle independente, reportando-se diretamente à controladora. Sua principal função é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. De caráter permanente, é composto por até cinco membros efetivos e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

**Auditoria (Interna)** - Subordinada ao Conselho de Administração. Responsável por avaliar as atividades desenvolvidas pela companhia com o objetivo de assegurar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais e a legislação vigente.

**Ouvidoria** - Subordinada ao Conselho de Administração. Responsável por planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a serem adotadas.

**Diretoria Executiva** - É responsável por exercer a gestão dos negócios da companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta de um presidente e de até quatro diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

**Comitê de Negócios** - Fórum de integração dos assuntos relevantes e estratégicos da companhia, que conta com representantes da Diretoria Executiva, criado pelo Conselho de Administração, visando promover o alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da companhia e as diretrizes do Plano Estratégico da Petrobras Distribuidora. As reuniões do Comitê de Negócios dedicam-se a um dos seguintes temas: Saúde, Meio Ambiente e Segurança; Sistema de Gestão; Análise Crítica de Desempenho e Investimentos e Novos Negócios.

**Comitê de Suprimento de Alcool e Derivados de Petróleo** - Criado pelo Conselho de Administração é um fórum específico para avaliar e analisar os cenários e as condições mercadológicas, operacionais e logísticas, inerentes à aquisição, estocagem e suprimento de álcoois e de derivados de petróleo na Petrobras Distribuidora.

**Comitês de Integração** - Criados pela Diretoria Executiva, os Comitês de Integração devem funcionar como fóruns de análise e aprofundamento dos temas do seu escopo, podendo auxiliar na estruturação de informações a serem apresentadas ao Comitê de Negócios e à Diretoria Executiva. Atualmente, são seis os Comitês de Integração: i) Crédito e Cobrança, ii) Recursos Humanos, iii) Tecnologia da Informação, iv) Investimento, v) Avaliação de Projetos e vi) Lubrificantes.

Conforme nosso Estatuto Social é de competência privativa do Conselho de Administração deliberar sobre o Plano Básico de Organização, que tem por objetivo estabelecer a estrutura geral, a competência de cada unidade organizacional dela integrante e as relações de subordinação, coordenação e controle necessários ao funcionamento da companhia. A aprovação da Estrutura Básica dos órgãos da companhia e das respectivas Normas de Organização compete à Diretoria Executiva.

Nossas atividades obedecem ao Plano Básico de Organização e Estrutura Organizacional, aprovados pelo Conselho de Administração. A estrutura geral é composta pelas unidades organizacionais diretamente subordinadas à Diretoria Executiva. Somam-se a estas a Auditoria Interna, responsável pela avaliação das atividades desenvolvidas pela companhia com o objetivo de assegurar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais e a legislação e a Ouvidoria, responsável por acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias, garantindo confidencialidade a seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias, ambas vinculadas ao Conselho de Administração e integrantes da área de contato do presidente da companhia.

Nossa estrutura geral de organização é assim configurada:



O presidente é responsável pela direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e pela gestão das funções corporativas da companhia.

A Diretoria da Rede de Postos de Serviço (DRPS) é responsável por conduzir os negócios realizados com a rede automotiva atendida pela Petrobras Distribuidora, utilizando sua área de contato.

A Diretoria de Mercado Consumidor (DMCO) é responsável por conduzir os negócios através da gestão integrada das gerências executivas comerciais de sua área de contato que compõem o denominado mercado consumidor da Petrobras Distribuidora.

A Diretoria de Operações e Logística (DIOL) é responsável pela gestão integrada das atividades relativas à cadeia de suprimentos, logística, operações, área industrial, serviços compartilhados da Petrobras Distribuidora e engenharia, saúde, meio-ambiente e segurança.

A Diretoria Financeira (DFIN) é responsável pelas atividades de finanças e tecnologia da informação, concentrando esforços na gestão dos recursos financeiros da companhia.

### Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC

Em fase de implantação na Petrobras Distribuidora, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC, criado em 2013 pela Petrobras, é uma iniciativa que visa sistematizar e integrar práticas de prevenção, detecção e correção de atos de fraude e de corrupção no ambiente do sistema Petrobras. Caracteriza-se como um aprimoramento no modelo de gestão da Cia., nos remetendo ao cumprimento dos normativos e aos princípios de Governança Corporativa.

Durante o VII Fórum de Desenvolvimento para Executivos, realizado em dezembro/2014, apresentamos aos nossos gerentes executivos informações sobre o PPPC e seus desdobramentos na Petrobras Distribuidora. Na ocasião, foram discutidos os temas "compliance" (conformidade) e governança no cenário internacional, a lei brasileira anticorrupção e os desafios atuais da Petrobras.

O PPPC possui um manual, que sintetiza de forma didática as iniciativas do programa, se destinando aos diversos públicos de interesse da Petrobras, como: clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços. Sua leitura, em conjunto com o Código de Ética do Sistema Petrobras e com o recente Guia de Conduta da Petrobras, que desdobra os princípios e diretrizes do Código de Ética ao cotidiano na Cia., contribui para o comprometimento de todos na prevenção e no combate à fraude e à corrupção.

O Manual do PPPC, o Código de Ética e o Guia de Conduta estão disponíveis no Canal Fornecedor, na página da Petrobras, seguindo o caminho:

www.petrobras.com.br > Canais de Negócios > Canal Fornecedor > Acesso Rápido > Manual do PPPC - Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção ou > Código de Ética e Guia de Conduta.

Algumas ferramentas que compõem o PPPC estão sendo criadas ou aperfeiçoadas no âmbito da Cia. São essas:

- Regime disciplinar
- Comissão interna de apuração
- Comissão para análise de aplicação de sanções e elogios
- Canais de denúncia, reclamação, pedido, sugestões e elogios
- Treinamentos específicos

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Receita Operacional Bruta da Petrobras Distribuidora foi de R\$ 120.659 milhões, o que representa um crescimento de 14,8% sobre o ano anterior, superando as vendas físicas que apresentaram crescimento de 6,9%.

Em 2014, o Lucro Bruto cresceu 10,9%, totalizando R\$ 7.610 milhões. Destaca-se o aumento nas vendas de óleo combustível às térmicas do sistema interligado e também nas vendas de gasolina e etanol, alavancadas pelo crescimento da frota de veículos leves.

O Lucro Operacional foi de R\$ 1.539 milhões, 49,4% menor do que o de 2013, principalmente, em função do provisionamento de R\$ 1.096 milhões relativos a créditos de liquidação duvidosa das térmicas produtoras independentes de energia e de térmicas estaduais. Outro fator que influenciou na queda do lucro operacional foi o aumento do endividamento da Petrobras Distribuidora que fez com que o nosso resultado financeiro se apresentasse negativo em R\$ 94 milhões.

O Lucro Líquido da companhia foi de R\$ 1.123 milhões e o EBITDA foi de R\$ 2.034 milhões, com redução de 47% e 35%, respectivamente, em função do provisionamento mencionado anteriormente.

No quadro-resumo abaixo, pode ser observada a variação da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2014	2013	%
Receita Operacional Bruta	120.659	105.139	14,8%
Receita Operacional Líquida	98.539	86.168	14,4%
Lucro Bruto	7.610	6.862	10,9%
Margem Bruta	7,7%	8,0%	-0,3 pp
Lucro Operacional	1.539	3.040	-49,4%
Margem Operacional	1,6%	3,5%	-1,9 pp
EBITDA	2.034	3.130	-35,0%
Lucro Líquido	1.123	2.132	-47,3%
Volume de Vendas (mil m³)	57.389	53.690	6,9%

### Glossário

- Arla 32:** solução de ureia utilizada em veículos movidos a diesel para reduzir a emissão de poluentes.
- Diesel 5-10:** combustível com 10 ppm (partes por milhão), tipo Euro V (de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre) e que segue especificações internacionais.
- Diesel 5-500:** combustível com 500 ppm (partes por milhão), tipo Euro V (de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre) e que segue especificações internacionais.
- Efluente:** os efluentes líquidos são geralmente despejos provenientes de estabelecimentos industriais (efluente industrial) ou resultantes das atividades humanas (efluente doméstico) que são lançados no meio ambiente.
- Gasolina C:** gasolina com adição de etanol anidro, destinada ao consumidor final.
- NEI - TOP FIVE:** fornecedores TOP FIVE são os 5 preferidos pelo mercado industrial em 437 categorias de produtos, segundo indicação feita pelos próprios especificadores e compradores industriais na Pesquisa de Preferência de Marcas.
- SETCEERGS:** Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do Rio Grande do Sul
- Sistema Interligado Nacional:** O Sistema Interligado Nacional é formado pelas empresas de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil localizadas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.
- Sistema Isolado:** apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.
- Sumps:** caixa de concreto armado para armazenar efluentes contaminados.

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

**Balancos Patrimoniais**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 1º de janeiro de 2013  
(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora		Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	01.01.2013 (Reapre- sentado)	2014	01.01.2013 (Reapre- sentado)		2014	01.01.2013 (Reapre- sentado)	2014	01.01.2013 (Reapre- sentado)
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.161	925	1.056	949	667	659			
Títulos e valores mobiliários	6	–	–	298	–	–	298			
Contas a receber, líquidas	7	6.040	2.698	4.061	6.076	2.646	4.003			
Estoques	8	2.606	2.356	1.846	2.597	2.348	1.838			
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	747	744	676	723	737	634			
Despesas antecipadas	10	49	56	67	49	56	67			
Adiantamentos a fornecedores		76	128	124	76	128	124			
Outros ativos circulantes		103	35	42	103	34	42			
		<b>10.782</b>	<b>6.942</b>	<b>8.170</b>	<b>10.573</b>	<b>6.616</b>	<b>7.665</b>			
<b>Não circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Contas a receber, líquidas	7	6.136	3.865	2.636	6.101	3.831	2.611			
Títulos e valores mobiliários	6	23	22	22	23	22	22			
Depósitos judiciais	9	871	734	625	852	716	608			
Despesas antecipadas	10	1.736	1.280	940	1.736	1.280	940			
Adiantamentos a fornecedores		8	20	8	2	18	8			
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	69	93	14	36	58	14			
Imposto e contribuição social diferidos	18.3	984	363	513	983	361	510			
Outros ativos realizáveis a longo prazo		7	31	26	8	32	26			
		<b>9.834</b>	<b>6.408</b>	<b>4.784</b>	<b>9.741</b>	<b>6.318</b>	<b>4.739</b>			
<b>Investimentos</b>	11	45	20	69	227	191	180			
<b>Imobilizado</b>	12	6.100	5.511	4.824	5.405	4.642	4.285			
<b>Intangível</b>	13	454	499	441	452	497	439			
		<b>16.433</b>	<b>12.438</b>	<b>10.118</b>	<b>15.825</b>	<b>11.648</b>	<b>9.643</b>			
		<b>27.215</b>	<b>19.380</b>	<b>18.288</b>	<b>26.398</b>	<b>18.264</b>	<b>17.308</b>			
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	14	3.144	3.017	3.518	3.123	2.988	3.483			
Financiamentos	15	295	149	17	214	27	17			
Operações de mútuo com a Controladora	17.5	6.596	–	–	6.596	–	–			
Arrendamentos mercantis financeiros	16	42	39	35	57	39	35			
Impostos e contribuições a recolher	18.2	344	275	428	333	268	417			
Dividendos propostos	20.4	267	506	449	267	506	449			
Salários, férias e encargos		176	165	148	175	164	146			
Participações nos lucros ou resultados	19.5	61	65	64	60	65	64			
Planos de pensão e saúde	19	83	84	81	83	84	80			
Adiantamentos de clientes		342	212	182	338	206	177			
Provisão para processos judiciais	26	159	115	94	159	115	93			
Outras contas e despesas a pagar		183	156	224	177	151	216			
		<b>11.692</b>	<b>4.783</b>	<b>5.240</b>	<b>11.582</b>	<b>4.613</b>	<b>5.177</b>			
<b>Não Circulante</b>										
Financiamentos	15	1.072	1.217	1.015	81	277	101			
Arrendamentos mercantis financeiros	16	97	121	125	385	121	125			
Planos de pensão e saúde	19	2.001	1.164	2.072	1.998	1.162	2.069			
Provisão para processos judiciais	26	198	164	167	198	163	167			
Outras contas e despesas a pagar		34	30	83	33	27	83			
		<b>3.402</b>	<b>2.696</b>	<b>3.462</b>	<b>2.695</b>	<b>1.750</b>	<b>2.545</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>	20									
Capital social realizado		5.991	5.991	4.182	5.991	5.991	4.182			
Reserva de capital		–	–	54	–	–	54			
Reservas de lucros		6.559	5.787	6.057	6.559	5.787	6.057			
Ajuste de avaliação patrimonial		(429)	123	(707)	(429)	123	(707)			
		<b>12.121</b>	<b>11.901</b>	<b>9.586</b>	<b>12.121</b>	<b>11.901</b>	<b>9.586</b>			
		<b>27.215</b>	<b>19.380</b>	<b>18.288</b>	<b>26.398</b>	<b>18.264</b>	<b>17.308</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013 (Reapre- sentado)	2014	2013 (Reapre- sentado)
<b>Receita de vendas</b>	21	98.914	86.497	98.539	86.168
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(91.237)	(79.580)	(90.929)	(79.306)
<b>Lucro bruto</b>		<b>7.677</b>	<b>6.917</b>	<b>7.610</b>	<b>6.862</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Vendas	23	(4.524)	(3.256)	(4.489)	(3.225)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(1.109)	(87)	(1.113)	(86)
Fretes		(906)	(813)	(887)	(797)
Outras		(2.509)	(2.356)	(2.489)	(2.342)
Gerais e administrativas	23	(748)	(753)	(734)	(735)
Tributárias	23	(160)	(33)	(157)	(29)
Planos de pensão e saúde	19	(111)	(87)	(111)	(87)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	(429)	38	(439)	31
		<b>(5.972)</b>	<b>(4.091)</b>	<b>(5.930)</b>	<b>(4.045)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos</b>		<b>1.705</b>	<b>2.826</b>	<b>1.680</b>	<b>2.817</b>
Financeiras	24				
Despesas		(1.188)	(251)	(1.182)	(249)
Receitas		368	322	369	336
Variações cambiais e monetárias, líquidas		724	217	719	196
		<b>(96)</b>	<b>288</b>	<b>(94)</b>	<b>283</b>
<b>Resultado de participações em investimentos</b>		<b>(2)</b>	<b>(6)</b>	<b>13</b>	<b>5</b>
<b>Participações nos lucros ou resultados</b>	19.5	<b>(61)</b>	<b>(65)</b>	<b>(60)</b>	<b>(65)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>1.546</b>	<b>3.043</b>	<b>1.539</b>	<b>3.040</b>
Imposto de renda e contribuição social	18.4	(423)	(911)	(416)	(908)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.123</b>	<b>2.132</b>	<b>1.123</b>	<b>2.132</b>
<b>Lucro líquido, básico e diluído por lote de mil ações do capital social - R\$</b>			<b>32,29</b>		<b>61,30</b>

Capital social composto de 34.777.774.156 ações ordinárias

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração de Resultados Abrangentes**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.123	2.132	1.123	2.132
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(552)</b>	<b>889</b>	<b>(552)</b>	<b>889</b>
Ganhos (perdas) atuariais - Planos de pensão e saúde	(713)	1.143	(713)	1.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161	(254)	161	(254)
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>–</b>	<b>(59)</b>	<b>–</b>	<b>(59)</b>
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para a venda - Transferido para o resultado	–	(90)	–	(90)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	31	–	31
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>571</b>	<b>2.962</b>	<b>571</b>	<b>2.962</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013 (Reapre- sentado)	2014	2013 (Reapre- sentado)
<b>Atividade operacional</b>					
Lucro líquido do exercício		1.123	2.132	1.123	2.132
<b>Ajustes:</b>					
Resultado de participações em investimentos relevantes		2	6	(13)	(5)
Depreciação e amortização		403	376	398	372
Amortização de financiamentos condicionais		528	383	528	383
Resultado com alienação / baixas de ativos	22	(40)	(45)	(36)	(44)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações		(215)	(157)	(243)	(181)
Despesa atuarial com planos de pensão e saúde	19.4	214	329	214	329
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos		(458)	(75)	(458)	(75)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7	1.109	87	1.113	86
Outros ajustes		146	72	156	78
<b>Aumento / Redução de ativos e passivos</b>					
(Aumento) Redução do contas a receber		(5.962)	43	(6.090)	51
(Aumento) dos estoques		(250)	(510)	(249)	(510)
(Aumento) de despesas antecipadas		(1.028)	(774)	(1.028)	(774)
(Aumento) de outros ativos		(120)	(41)	(122)	(35)
Aumento (redução) de fornecedores		124	(557)	132	(549)
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores		52	(3)	52	(4)
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições		3	(266)	15	(262)
(Aumento) dos planos de pensão e de saúde		(92)	(89)	(92)	(89)
Aumento (redução) de outros passivos		165	(19)	167	(13)
<b>Recursos líquidos gerados / (utilizados) pelas atividades operacionais</b>		<b>(4.296)</b>	<b>892</b>	<b>(4.433)</b>	<b>890</b>
<b>Atividades de investimentos</b>					
Adições de imobilizados e intangíveis		(959)	(955)	(884)	(778)
Adições em investimentos		(27)	(7)	(28)	(8)
Recebimentos pela venda de ativos		40	44	36	44
Outros investimentos		–	11	–	–
Investimentos em títulos e valores mobiliários		–	270	–	270
Dividendos recebidos		–	–	2	1
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>		<b>(946)</b>	<b>(637)</b>	<b>(874)</b>	<b>(471)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>					
Financiamentos e operações de mútuo					
Captações	17.5	6.203	211	6.186	185
Petrobras		6.186	–	6.186	–
Terceiros		17	211	–	185
Amortizações de principal	15	(43)	(32)	(17)	(17)
Amortizações de juros	15	(127)	(2)	(17)	–
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP	17.3	8	16	–	–
Dividendos pagos a acionistas		(520)	(555)	(520)	(555)
Outras operações de financiamentos		(43)	(24)	(43)	(24)
<b>Recursos líquidos gerados / (utilizados) nas atividades de financiamentos</b>		<b>5.478</b>	<b>(386)</b>	<b>5.589</b>	<b>(411)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		<b>236</b>	<b>(131)</b>	<b>282</b>	<b>8</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>925</b>	<b>1.056</b>	<b>667</b>	<b>659</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>1.161</b>	<b>925</b>	<b>949</b>	<b>667</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

continuação



Ministério de Minas e Energia



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais)

	Consolidado								Controladora		
	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros			Dividendo Adicional Proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes		
		Capital social subscrito e integralizado	Incentivos Fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>4.182</b>	<b>54</b>	<b>644</b>	<b>210</b>	<b>5.111</b>	<b>92</b>	<b>-</b>	<b>(707)</b>	<b>9.586</b>	<b>9.586</b>
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	20.5	-	-	-	-	-	-	-	(60)	(60)	(60)
Ganhos atuariais não realizados	20.5	-	-	-	-	-	-	-	890	890	890
Aumento de capital social	20.1	1.809	(54)	-	-	(1.735)	-	-	-	20	20
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.132	-	2.132	2.132
Destinações:											
Apropriações em reservas	20.3	-	-	107	30	1.420	-	(1.557)	-	-	-
Dividendos	20.4	-	-	-	-	-	(92)	(115)	-	(207)	(207)
Juros sobre o capital próprio	20.4	-	-	-	-	-	-	(460)	-	(460)	(460)
		-	-	<b>751</b>	<b>240</b>	<b>4.796</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>5.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.787</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123</b>	<b>11.901</b>	<b>11.901</b>
Perdas atuariais não realizadas	20.5	-	-	-	-	-	-	-	(552)	(552)	(552)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.123	-	1.123	1.123
Destinações:											
Apropriações em reservas	20.3	-	-	56	30	480	-	(566)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	20.4	-	-	-	-	-	206	(557)	-	(351)	(351)
		-	-	<b>807</b>	<b>270</b>	<b>5.276</b>	<b>206</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>5.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.559</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(429)</b>	<b>12.121</b>	<b>12.121</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Nota	2014	2013 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		121.288	105.741	120.811
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7	(1.109)	(87)	(1.113)
Receitas relativas à construção de ativos para uso		663	711	518
		<b>120.842</b>	<b>106.365</b>	<b>120.216</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais consumidos	23	81	57	-
Custo das mercadorias para revenda	23	91.147	79.812	90.944
Energia, serviços de terceiros e outros		3.242	2.456	3.129
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		4.498	3.966	4.499
		<b>98.968</b>	<b>86.291</b>	<b>98.572</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>21.874</b>	<b>20.074</b>	<b>21.644</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização		403	376	398
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>21.471</b>	<b>19.698</b>	<b>21.246</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de participações em investimentos	(2)	(6)	(6)	13
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial		1.156	572	1.145
Aluguéis e royalties		239	231	239
		<b>1.393</b>	<b>797</b>	<b>1.397</b>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>22.864</b>	<b>20.495</b>	<b>22.643</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Nota	2014	2013 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2014	2013 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)
<b>Distribuição do valor adicionado</b>								
<b>Pessoal e administradores</b>	23							
<b>Remuneração Direta</b>								
Salários		726	3,2%	816	4,0%	712	3,1%	803
Participações nos lucros ou resultados	19.5	61	0,3%	65	0,3%	60	0,2%	65
<b>Benefícios</b>								
Vantagens		234	1,0%	81	0,4%	232	1,0%	79
Plano de aposentadoria e pensão		287	1,2%	232	1,1%	287	1,3%	231
Plano de saúde		149	0,7%	161	0,8%	148	0,7%	159
FGTS		61	0,3%	57	0,3%	61	0,3%	57
		<b>1.518</b>	<b>6,7%</b>	<b>1.412</b>	<b>6,9%</b>	<b>1.500</b>	<b>6,6%</b>	<b>1.394</b>
<b>Tributos</b>								
Federais		1.120	4,9%	1.404	6,9%	1.071	4,7%	1.362
Estaduais		17.372	76,0%	14.841	72,4%	17.309	76,4%	14.785
Municipais		22	0,1%	18	0,1%	21	0,1%	18
		<b>18.514</b>	<b>81,0%</b>	<b>16.263</b>	<b>79,4%</b>	<b>18.401</b>	<b>81,2%</b>	<b>16.165</b>
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>								
Juros, variações cambiais e monetárias		1.332	5,8%	379	1,8%	1.239	5,5%	282
Despesas de aluguéis		377	1,6%	309	1,5%	380	1,7%	308
		<b>1.709</b>	<b>7,4%</b>	<b>688</b>	<b>3,3%</b>	<b>1.619</b>	<b>7,2%</b>	<b>590</b>
<b>Acionistas</b>	20							
Juros sobre o capital próprio		351	1,5%	460	2,2%	351	1,6%	460
Dividendos		-	-	115	0,6%	-	-	115
Lucros retidos		772	3,4%	1.557	7,6%	772	3,4%	1.557
		<b>1.123</b>	<b>4,9%</b>	<b>2.132</b>	<b>10,4%</b>	<b>1.123</b>	<b>5,0%</b>	<b>2.132</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>22.864</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.495</b>	<b>100,0%</b>	<b>22.643</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.281</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Consolidadas e da Controladora) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

## 1 Contexto operacional

### 1.1 Considerações gerais

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - "Petrobras" e tem por objeto a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

### 1.2 Estrutura de capital

Com o objetivo de aprimorar a estrutura de capital, a Companhia tem adotado ações para reversão do quadro negativo de necessidade de capital de giro apresentado em 31 de dezembro de 2014. Nesse sentido, foi celebrado em 14 de abril de 2015, junto ao Banco do Brasil, um contrato de empréstimo de R\$ 4,5 bilhões, com vencimento em março de 2021, cujas condições gerais estão descritas na Nota 29 - Evento subsequente.

## 2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

#### Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

#### Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As demonstrações do valor adicionado - DVA foram preparadas de acordo com o CPC 09 como informação suplementar.

As demonstrações contábeis da Companhia contemplam, exclusivamente e em sua totalidade, as informações julgadas relevantes pela Administração. Essas informações são utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de abril de 2015, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

### 2.3 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 23, de gastos capitalizados referentes a valores pagos adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais em andamento pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicas a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para elaborar e implantar um esquema ilegal de cartel que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs custos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Companhia. Dois ex-diretores e um ex-gerente executivo do acionista controlador, que não trabalham para a Petrobras desde abril de 2012, estavam envolvidos nesse esquema de pagamentos indevidos e serão tratados a seguir como "ex-empregados da Petrobras". Os valores pagos adicionalmente pela Petrobras foram utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários agindo em nome dessas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Companhia não realizou nenhum pagamento indevido.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras), acreditam que, de acordo com o IAS 16, os valores que foram pagos a mais no âmbito do referido esquema de pagamentos indevidos não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Contudo, a Companhia não consegue identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem custos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia adotou metodologia desenvolvida em conjunto com a Petrobras para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos no âmbito do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas a serem realizadas, representando em quanto seus ativos estão superavaliados como resultado dos custos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos. As circunstâncias e a metodologia utilizada são descritas a seguir.

#### Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores do Sistema Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados do Sistema Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel, obtendo contratos com empresas do Sistema Petrobras e impondo custos adicionais nestes contratos, que eram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema será tratado como "esquema de pagamentos indevidos" e as referidas empresas como "membros do cartel".

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram custos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados do Sistema Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos serão chamados de "pagamentos não relacionados ao cartel".

Em conexão com a investigação do esquema de pagamentos indevidos, em março de 2014, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi preso e, posteriormente, denunciado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos da Petrobras, incluindo Renato de Souza Duque (ex-diretor de Serviços), Nestor Cerveró (ex-diretor da área internacional) e Pedro José Barusco Filho (ex-gerente executivo da área internacional), bem como ex-executivos de empreiteiras e empresas fornecedoras de bens e serviços para o Sistema Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Quando a Companhia divulgou suas demonstrações contábeis anuais de 2013, não era de conhecimento da Companhia o envolvimento de empregados da Petrobras no escopo das investigações da "Operação Lava Jato" que pudessem ter modificado as conclusões da Companhia com relação ao fato de que aquelas demonstrações representavam adequadamente sua situação patrimonial e a existência do esquema de pagamentos indevidos não havia sido tornada pública.

#### Fontes de informação disponíveis para a Companhia

Em 8 de outubro de 2014, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, prestaram depoimento perante a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, descrevendo o esquema de pagamentos indevidos. Desde então, depoimentos de diversos participantes do esquema de pagamentos indevidos que firmaram acordos de colaboração premiada com as autoridades brasileiras foram tornados públicos. O entendimento da Companhia sobre

o esquema de pagamentos indevidos e a metodologia adotada para mensuração do seu impacto são baseados nesses depoimentos, os quais incluem o depoimento completo de dois dos ex-empregados da Petrobras (Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho), o depoimento completo de dois indivíduos que atuaram como intermediários no esquema de pagamentos indevidos (Alberto Youssef e Julio Gerin de Almeida Camargo), partes do depoimento de outro indivíduo que atuou como intermediário no esquema de pagamentos indevidos (Shinko Nakandakari) e o depoimento completo de um representante de uma das empreiteiras (Augusto Ribeiro de Mendonça Neto).

O Ministério Público Federal (de posse das informações completas da investigação) ajuizou ações de improbidade administrativa em 20 de fevereiro de 2015 contra cinco empresas membro do cartel, fundamentadas na existência do esquema de pagamentos indevidos e utilizando como base a mesma metodologia utilizada pela Companhia e seu acionista controlador para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos.

As informações disponíveis para a Companhia são, de maneira geral, consistentes com relação à existência do esquema de pagamentos indevidos, às empresas envolvidas, aos ex-empregados da Petrobras envolvidos, ao período durante o qual o esquema operou, além dos valores máximos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos em relação ao valor total dos contratos impactados pelo esquema.

A Companhia em conjunto com seu acionista controlador acompanharão os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá. Contudo, a Companhia não espera que informações adicionais a respeito das questões descritas acima oriundas de fontes internas estejam ou se tornem disponíveis.

Outras informações obtidas no curso das investigações da "Operação Lava Jato", incluindo uma parte do depoimento de Shinko Nakandakari não foram tornadas públicas. Contudo, a Companhia acredita que, no presente momento, o risco de surgirem novas informações que modifiquem de forma relevante os fatos já conhecidos ou que impactem de forma material os ajustes realizados é baixo. Essa convicção se baseia fortemente no fato que, uma vez que um volume significativo de informações se tornou público, não é provável que as autoridades brasileiras (que possuem todas as informações provenientes das investigações em mãos) mantivessem em sigilo informações contraditórias (sendo importante ressaltar que as autoridades utilizaram a mesma metodologia para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos em processos cíveis e criminais já instaurados) e que há um significativo grau de consistência entre as afirmações feitas por pessoas envolvidas no esquema em diferentes posições e com diferentes motivações, incluindo dois dos ex-empregados da Petrobras, supostos intermediários do esquema de pagamentos indevidos e representantes de fornecedores e empreiteiras.

#### Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

As investigações internas e externas ainda estão em andamento, porém a Companhia, por intermédio de seu acionista controlador, está tomando as medidas jurídicas necessárias perante as autoridades brasileiras para buscar ressarcimento pelos prejuízos sofridos, incluindo aqueles relacionados à sua reputação. À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos.

As medidas incluirão também ações cíveis contra membros do cartel, nas quais a Companhia e a Petrobras tem direito a ser reclamante e espera fazê-lo, que normalmente resultam em três tipos de reparação: danos materiais, multas cíveis e danos morais. A Companhia teria direito a valores relativos a danos materiais e possivelmente às multas cíveis. A parcela referente a danos morais seria normalmente direcionada a um fundo federal. Contudo, uma vez que a Companhia se junte como autora nas ações, poderá também pleitear danos morais.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram corrupção ou quaisquer práticas de negócios ilegais por parte de seus fornecedores ou o envolvimento de seus empregados em tais práticas e, dessa forma, vem realizando uma série de ações, tanto no intuito de aprofundar a apuração das irregularidades quanto de melhorar seu sistema de governança corporativa, descritas a seguir:

- A Companhia constituiu grupos de trabalho de averiguação (GTA) para apurar ocorrências que possam ser caracterizadas como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos e fornecerá as descobertas dos grupos de trabalho às autoridades brasileiras.

- Em 24 e 25 de outubro de 2014, o acionista controlador contratou dois escritórios independentes de advocacia: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados para conduzir uma investigação interna independente.

- A Companhia, por intermédio de seu acionista controlador, tem cooperado totalmente com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e outras autoridades brasileiras, como o Tribunal de Contas da União - TCU e a Controladoria Geral da União - CGU.

- O acionista controlador constituiu comissões para analisar a aplicação de sanções contra os fornecedores e empreiteiras (CAASE) e impôs bloqueio cautelar das empresas membros do cartel nos depoimentos que foram tornados públicos.

- A Companhia elaborou e adotou um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, documentadas em Padrões e Atas da Diretoria e do Conselho de Administração que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções para integrar tais medidas às práticas da Companhia.

- Formação, pelo acionista controlador, de um Comitê Especial para atuar de forma independente e servir como interlocutor entre o Conselho de Administração e os escritórios de advocacia conduzindo as investigações internas independentes. O Comitê Especial é presidido por Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, e composto por Andreas Pohlmann, Chief Compliance Officer da Siemens AG de 2007 a 2010 e pelo Diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Junior.

### 2.3.1 Descrição do esquema de pagamentos indevidos e dos impactos nas demonstrações contábeis da Companhia

A descrição a seguir e outras descrições sobre o esquema de pagamentos indevidos nesse documento são baseadas nas informações disponíveis para a Petrobras e para a Companhia e não devem ser entendidas como acusações contra qualquer pessoa ou empresa, confissão de qualquer delito ou a corroboração de qualquer descrição aqui realizada.

#### 2.3.1.1 O esquema de pagamentos indevidos e a necessidade de ajustar o valor contábil de determinados ativos imobilizados

De acordo com as informações disponíveis à Companhia descritas acima, no esquema de pagamentos indevidos, diversas empreiteiras e fornecedores se organizaram em conluio com ex-empregados da Petrobras para impor custos adicionais no âmbito de contratos para a construção de ativos e fornecimento de bens e serviços à Companhia e utilizaram os valores pagos a mais pela Companhia para fazer pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos em exercício e outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, além de ex-empregados da Petrobras.

Além disso, as investigações também identificaram outras ocorrências específicas em que empresas impuseram custos adicionais à Companhia na aquisição de ativos imobilizados. Estes valores também foram utilizados para financiar pagamentos indevidos feitos por fornecedores e empreiteiras a ex-empregados da Petrobras, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos, descrito acima.

#### 2.3.1.2 Impraticabilidade de quantificar o valor exato no qual os ativos estão superavaliados e os períodos a serem corrigidos

Identificar a data e o montante exatos dos custos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia é impraticável em função das limitações descritas a seguir:

As informações disponíveis para a Companhia, por intermédio de seu acionista controlador através dos depoimentos, identificam apenas as empresas envolvidas no esquema de pagamentos indevidos e o período de tempo em que o esquema funcionou, porém não especificam todos os contratos alvo dos atos ilícitos, os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos incorporando custos adicionais foram feitos.

- A Companhia não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis da Companhia, que refletem integralmente os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da Petrobras. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.

continua





continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

	1º de janeiro de 2013 - Consolidado		
	Originalmente apresentado	Alteração da classificação de financiamentos condicionais de contas a receber para despesas antecipadas (Notas 2.4.b e 2.4.c)	Ajustado
<b>Ativos</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.056	-	1.056
Títulos e valores mobiliários	298	-	298
Contas a receber, líquidas	4.078	(17)	4.061
Estoques	1.846	-	1.846
Impostos e contribuições a recuperar	676	-	676
Despesas antecipadas	50	17	67
Adiantamentos a fornecedores	124	-	124
Outros ativos circulantes	42	-	42
	<b>8.170</b>	-	<b>8.170</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber, líquidas	3.449	(813)	2.636
Títulos e valores mobiliários	22	-	22
Depósitos judiciais	625	-	625
Despesas antecipadas	127	813	940
Adiantamentos a fornecedores	8	-	8
Impostos e contribuições a recuperar	14	-	14
Imposto e contribuição social diferidos	513	-	513
Outros ativos realizáveis a longo prazo	26	-	26
	<b>4.784</b>	-	<b>4.784</b>
Investimentos	69	-	69
Intangível	441	-	441
Imobilizado	4.824	-	4.824
	<b>10.118</b>	-	<b>10.118</b>
	<b>18.288</b>	-	<b>18.288</b>
<b>Total Ativo</b>			
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	3.518	-	3.518
Financiamentos	17	-	17
Arrendamentos mercantis financeiros	35	-	35
Impostos e contribuições a recolher	428	-	428
Dividendos propostos	449	-	449
Salários, férias e encargos	148	-	148
Participações nos lucros ou resultados	64	-	64
Planos de pensão e saúde	81	-	81
Adiantamentos de clientes	182	-	182
Provisão para processos judiciais	94	-	94
Outras contas e despesas a pagar	224	-	224
	<b>5.240</b>	-	<b>5.240</b>
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos	1.015	-	1.015
Arrendamentos mercantis financeiros	125	-	125
Planos de pensão e saúde	2.072	-	2.072
Provisão para processos judiciais	167	-	167
Outras contas e despesas a pagar	83	-	83
	<b>3.462</b>	-	<b>3.462</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	4.182	-	4.182
Reserva de capital	54	-	54
Reservas de lucros	6.057	-	6.057
Ajustes de avaliação patrimonial	(707)	-	(707)
	<b>9.586</b>	-	<b>9.586</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>18.288</b>	-	<b>18.288</b>

	31 de dezembro de 2013 - Consolidado			
	Originalmente apresentado	Alteração da classificação de investimento em conjunto (Nota 2.4.d)	Ajuste de reclassificação de financiamentos condicionais e prêmios (Notas 2.4.a e 2.4.b)	Ajustado
Receita de vendas	86.947	(33)	(417)	86.497
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(79.608)	28	-	(79.580)
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.339</b>	<b>(5)</b>	<b>(417)</b>	<b>6.917</b>
Despesas operacionais	(4.541)	6	444	(4.091)
Resultado financeiro	311	4	(27)	288
Resultado de participações em investimento	(1)	(5)	-	(6)
Participações nos lucros ou resultados	(65)	-	-	(65)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>3.043</b>	-	-	<b>3.043</b>
Imposto de renda e contribuição social	(911)	-	-	(911)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.132</b>	-	-	<b>2.132</b>

## 2.5 Novas normas e interpretações

As normas emitidas pelo IASB em 2014 que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Normas	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	A classificação e a mensuração de ativos financeiros baseiam-se no modelo de negócios da entidade e nas características contratuais do instrumento. Com isso deixam de existir as quatro categorias estabelecidas pelo IAS 39. O reconhecimento do "impairment" nos ativos financeiros não dependerá somente de evidências objetivas de perdas, mas da possibilidade (expectativa) da ocorrência de perdas com base nas informações disponíveis, que entre outras incluem: histórico de perdas, condições atuais e perspectivas de perdas futuras. No que diz respeito à contabilidade de hedge simples, o IFRS 9 eliminou algumas restrições contidas no IAS 39, visando maior alinhamento com a gestão de risco das entidades. Os requerimentos de divulgação foram ampliados.	Aplicação retrospectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com aplicação antecipada permitida. No Brasil, ainda não foi emitido pronunciamento equivalente.
IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes"	O IFRS 15 estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual, que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre o reconhecimento de receitas em casos complexos. Os requerimentos de divulgação foram ampliados.	Entrada em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. No Brasil, ainda não foi emitido pronunciamento equivalente.
Emendas ao IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas" e ao IAS 28 - "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	As emendas determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atenda a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto). Porém, quando uma controlada for vendida para, ou aportada em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e a controlada não atenda a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda a ser reconhecido pelo investidor deve ser proporcional à participação de terceiros na coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Aplicação prospectiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. No Brasil, ainda não foram emitidas emendas equivalentes que alterem os normativos em vigor (CPC 35 e 36).

## 3 Base de consolidação

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

O controle é obtido quando a Companhia possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas e operações em conjunto inseridas no processo de consolidação são as seguintes:

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2014	2013
<b>Subsidiárias e controladas (nota 11.2)</b>		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A. - Stratura	100,00	100,00
<b>Operação em conjunto (nota 11.3)</b>		
Brasil Carbonos S.A.	49,00	49,00

## 4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

### 4.1 Moeda funcional

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como a de suas investidas, é o Real.

### 4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

### 4.3 Títulos e valores mobiliários

São inicialmente mensurados ao valor justo e são classificados como mantidos até o vencimento, mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

### 4.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Estão contabilizadas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantias apresentadas pelos clientes.

### 4.5 Despesas antecipadas

São registradas pelo valor efetivamente pago e são apropriadas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos, ou quando não há expectativa de recuperação do valor pago.

### 4.6 Outros instrumentos financeiros não derivativos

Classificação, reconhecimento e mensuração

São classificados da seguinte forma: ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (ativos financeiros mantidos para negociação) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo mensurados pelo custo de aquisição e, após seu reconhecimento inicial, acrescidos por juros e atualização monetária.

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Mantidos para negociação

Estão mensurados ao valor justo no seu reconhecimento inicial e subsequente. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e incluem as contas a receber, os financiamentos a receber e os saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método da taxa de juros efetiva, decrescidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

### 4.7 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

São incluídos os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (como matéria-prima e mão-de-obra direta), e outros custos diretos e indiretos incorridos para trazer os estoques às suas localizações e condições existentes, baseados na capacidade operacional normal.

### 4.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa SELIC. Os depósitos trabalhistas são atualizados pela TR + juros de 3%, e os depósitos de outras naturezas são atualizados pela TR + juros de 6%.

### 4.9 Controladas, negócios em conjunto e coligada

Estão representados por investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada, constituídas sob a forma de capital fechado.

Controladas

Nas demonstrações individuais, os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Negócios em conjunto

O negócio em conjunto pode ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes e dos fatos e circunstâncias relacionados ao negócio.

Os resultados, os ativos e os passivos dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais e consolidadas.

A Companhia reconhece a sua parcela nas receitas e despesas, bem como dos ativos e passivos detidos na operação em conjunto, nas demonstrações consolidadas.

Coligada

O investimento na coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais e consolidadas.

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### 4.10 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção e é depreciado pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na Nota 12.3. Os terrenos não são depreciados.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão-de-obra direta, os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida.

Os gastos com reparo e manutenção são reconhecidos no resultado no exercício em que incorrem.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos anualmente. Em 2014, não ocorreram alterações nas vidas úteis.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos, benefícios e controle dos bens são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento mercantil financeiro. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Ativos arrendados são amortizados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, se não houver certeza razoável de que o arrendatário virá a obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil. Quando houver certeza de que o arrendatário obterá a propriedade ao final do contrato, os ativos são amortizados pelo prazo da vida útil estimada.

O imobilizado da Companhia inclui, principalmente, bases, tanques, bombas, unidades de abastecimento de aeronaves, escritórios, fábricas, edificações, benfeitorias e ativos em construção.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado (Nota 4.12).

### 4.11 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

A amortização, pelo método linear, tem base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens.

A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo de vigência da concessão.

Os custos de manutenção de *softwares* são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são reconhecidos como intangível quando são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros para a Companhia.

O *goodwill* resultante da aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis (Nota 13).

### 4.12 Redução ao valor recuperável de ativos - "Impairment"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação no teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, que são resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

O teste anual do *goodwill* é feito com base em premissas relacionadas ao plano estratégico e estimativas de fluxos de caixa futuros da Companhia, projetados para os anos de 2015 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 5,3% (4,6% em 2013). A taxa de crescimento média dos fluxos de caixa é de 3,82%.

Com base nas análises da Administração, não foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável dos saldos dos ativos da Companhia, considerada como Unidade Geradora de Caixa.

### 4.13 Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento mercantil, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando a Companhia é arrendadora, um contas a receber é constituído por valor correspondente ao investimento líquido da taxa de juros implícita no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

### 4.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, considerando os saldos de cada uma das empresas consolidadas (Nota 18). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são compensados quando há a previsão legal de compensar os impostos ativos correntes com os impostos passivos correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, até 31 de dezembro de 2014, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

### 4.15 Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

São registradas tendo como base as melhores estimativas disponíveis para o risco envolvido.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

A Companhia apresenta, na Nota 26.2, os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos seja possível.

### 4.16 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso ou a venda pretendidos. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização são reduzidos pelas receitas financeiras decorrentes do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

### 4.17 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos no curso normal do negócio e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

### 4.18 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e; ii) em outros resultados abrangentes, as remensurações, que não são reclassificadas para o resultado do exercício em períodos futuros.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano) e; iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

As premissas atuariais incluem: estimativas biométricas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A Companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado.

### 4.19 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no Estatuto Social da Companhia e são reconhecidos como passivo.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

### 4.20 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são registrados pelo regime de competência.

A Companhia comercializa combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural, óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e encargos sobre vendas, das devoluções e dos descontos e bonificações.

A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado de maneira confiável e quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita financeira e a variação monetária são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 4.21 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da entidade que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade) e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade.

Os segmentos operacionais da Companhia são representados pelas atividades de Distribuição e Gás e Energia.

O segmento de Distribuição representa cerca de 99% da receita líquida e dos ativos imobilizados do Consolidado. O segmento de Gás e Energia é considerado não divulgável, portanto, a Companhia não apresenta informações por segmento.

### 4.22 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A seguir, são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

#### a) Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos *per capita* do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota 19.

### b) Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na Nota 26.

### c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Caixa e bancos</b>	<b>543</b>	<b>670</b>	<b>533</b>	<b>667</b>
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimento:				
Fundo em direitos creditórios - FIDC-NP	419	9	416	-
Fundos DI	190	239	-	-
Outros	9	7	-	-
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>618</b>	<b>255</b>	<b>416</b>	<b>-</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.161</b>	<b>925</b>	<b>949</b>	<b>667</b>

Os saldos dos fundos de investimentos estão atualizados pelos rendimentos auferidos, pela variação do CDI, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras é destinado, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas. A gestão integrada do FIDC-NP permite a utilização de caixa de outras empresas para manter a liquidez. Uma vez que as aplicações no FIDC-NP são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em caixa, estão classificadas como equivalentes de caixa.

## 6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Mantidos até o vencimento - Ativo não circulante</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>22</b>
Cotas de fundo de investimento	18	18	18	18
NTN-P	5	4	5	4
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>22</b>

Cotas FIDC - FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

A Companhia mantém recursos de R\$18 investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços - FCM, constituído sob a forma de condomínio fechado, com recursos destinados à aquisição de direitos creditórios de operações de aquisições de bens e serviços realizadas junto aos fornecedores da Companhia.

A estrutura do fundo contempla como único sacado a Companhia e como cedentes os fornecedores qualificados. A Companhia tem a intenção e capacidade para manter esses títulos até o seu vencimento, em 31 de dezembro de 2040.

## 7 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Terceiros</b>	<b>7.839</b>	<b>4.444</b>	<b>7.755</b>	<b>4.350</b>
Duplicatas a receber, exceto setor elétrico	4.917	4.066	4.833	3.972
Setor elétrico - terceiros (nota 7.2)	1.037	639	1.037	639
Cessão de direitos creditórios - FIDC-NP (nota 17.3)	(380)	(2.650)	(380)	(2.650)
Financiamentos a receber (nota 7.3)	909	1.055	909	1.055
Cobranças judiciais e precatórios	1.340	1.318	1.340	1.318
Arendamentos mercantis financeiros (nota 16.1)	16	16	16	16
<b>Total terceiros (nota 7.1)</b>	<b>7.839</b>	<b>4.444</b>	<b>7.755</b>	<b>4.350</b>
Partes relacionadas (nota 17)				
Setor elétrico - Empresas do Sistema Eletrobras (nota 7.2)	6.203	2.907	6.203	2.907
Empresas do Sistema Petrobras				
Setor elétrico (nota 7.2)	86	126	86	126
Outras empresas	448	377	526	374
<b>Total partes relacionadas</b>	<b>6.737</b>	<b>3.410</b>	<b>6.815</b>	<b>3.407</b>
<b>Total das contas a receber</b>	<b>14.576</b>	<b>7.854</b>	<b>14.570</b>	<b>7.757</b>

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(2.400)</b>	<b>(1.291)</b>	<b>(2.393)</b>	<b>(1.280)</b>
Terceiros	(2.220)	(1.287)	(2.213)	(1.276)
Partes relacionadas	(180)	(4)	(180)	(4)
<b>Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(2.400)</b>	<b>(1.291)</b>	<b>(2.393)</b>	<b>(1.280)</b>
<b>Contas a receber - líquidas</b>	<b>12.176</b>	<b>6.563</b>	<b>12.177</b>	<b>6.477</b>
Contas a receber (circulante), líquidas	6.040	2.698	6.076	2.646
Contas a receber (não circulante), líquidas	6.136	3.865	6.101	3.831

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(1.291)</b>	<b>(1.204)</b>	<b>(1.280)</b>	<b>(1.194)</b>
Saldo em 1º de janeiro	(1.180)	(151)	(1.180)	(150)
Adições	71	64	67	64
Baixas	(2.400)	(1.291)	(2.393)	(1.280)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(1.384)</b>	<b>(1.291)</b>	<b>(1.377)</b>	<b>(1.280)</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.384)	(1.291)	(1.377)	(1.280)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(0.016)	-	(0.016)	-

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante de R\$1.109 (R\$1.113 na Controladora), foram reconhecidas nas despesas de vendas.

### 7.1 Contas a receber - Terceiros

Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber vencidas de clientes terceiros totalizam R\$ 3.152 (R\$3.101 na Controladora), das quais R\$ 2.166 (R\$ 2.159 na Controladora) encontram-se provisionadas para perdas. Do saldo de contas a receber a vencer, R\$54 (R\$54 na Controladora) estão provisionados para perda.

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Vencidos - terceiros</b>	<b>645</b>	<b>325</b>	<b>635</b>	<b>318</b>
Até 3 meses	261	74	260	69
De 3 a 6 meses	258	185	256	181
De 6 a 12 meses	1.988	1.395	1.950	1.362
Acima de 12 meses	3.152	1.979	3.101	1.930
<b>Total</b>	<b>4.687</b>	<b>2.465</b>	<b>4.654</b>	<b>2.420</b>
<b>A vencer - terceiros</b>	<b>7.839</b>	<b>4.444</b>	<b>7.755</b>	<b>4.350</b>

### 7.2 Contas a receber - Setor elétrico

#### 7.2.1 Composição - Setor elétrico

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2014	31.12.2013	Total	31.12.2014	31.12.2013	Total
<b>Cientes</b>	<b>5.793</b>	<b>410</b>	<b>6.203</b>	<b>462</b>	<b>2.445</b>	<b>2.907</b>
Sistema Eletrobras	-	86	86	9	117	126
Sistema Petrobras	71	966	1.037	101	538	639
Terceiros	5.864	1.462	7.326	572	3.100	3.672
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(222)	(878)	(1.100)	-	(4)	(4)
<b>Total</b>	<b>5.642</b>	<b>584</b>	<b>6.226</b>	<b>572</b>	<b>3.096</b>	<b>3.668</b>
Partes relacionadas	5.626	483	6.109	471	2.445	2.916
Terceiros	16	101	117	101	651	752

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico no total de R\$ 7.326 (R\$ 3.672 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$ 6.544 foram classificados no ativo não circulante. O valor líquido de provisão para perdas com sistema Eletrobras totaliza R\$ 6.023.

A Companhia fornece óleo combustível para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) localizados na região Norte do País. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível - CCC, gerenciada pela Eletrobras.

Como os valores repassados pela CCC não tem sido suficientes para que as empresas do setor elétrico localizadas na região Norte do País honrem seus débitos, alguns desses clientes têm encontrado dificuldades financeiras para quitar as obrigações de fornecimento de produtos junto à Companhia.

A Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre e Eletrobras Roraima - Boavista Energia S.A.) celebraram contratos de confissão de dívida, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$5.344, atualizados pela SELIC (R\$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R\$150 à parcela da Petrobras).

Os contratos de confissão abrangem débitos vencidos até o dia 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC até 31 de dezembro de 2014. Os pagamentos serão efetuados em 120 parcelas a partir de fevereiro de 2015. Foram reconhecidos R\$ 715 de atualização monetária do período de janeiro a dezembro de 2014, sobre os R\$ 5.194 dos contratos de confissão (parcela da Companhia).

Parte da confissão de dívida foi garantida por penhor de créditos no montante de R\$ 5.233 (R\$126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cuja finalidade é prover recursos para os dispêndios da CCC referentes à geração de energia no sistema isolado, entre outras.

A garantia real de créditos da CDE se deu em função do reconhecimento, em fevereiro de 2015, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dos créditos decorrentes do reembolso de custos de combustíveis relacionados ao atendimento do serviço público de distribuição de energia elétrica no sistema isolado.

Para os demais valores a receber das empresas que não possuíam garantia, e após avaliação da Administração, foi reconhecido o valor de R\$ 1.096 como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2014.

#### Saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Sistema elétrico

	Controladora	
	2014	2013
<b>Setor elétrico - Empresas do Sistema Eletrobras</b>	<b>180</b>	<b>93</b>
Amazonas Distribuidora de Energia	20	67
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	67	920
Cia. de Eletricidade do Acre	590	117
<b>Setor elétrico - terceiros</b>	<b>920</b>	<b>117</b>
Cia. Elétrica Amapá	129	37
Centrais Elétricas do Pará	33	14
Rio Amazonas Energia S/A	14	1.100
Cia. Energética de Roraima		
Gera Geradora de Energia do Amazonas		
Amapari Energia		
<b>Total setor elétrico</b>	<b>1.100</b>	<b>1.100</b>

### 7.2.2 Movimentação - Setor elétrico (Sistema Eletrobras)

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de contas a receber com Setor Elétrico - Empresas do Sistema Eletrobras:

	Saldo em 31 de dezembro de 2013		Atua- lização		Saldo em 31 de dezembro de 2014	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Amazonas Distribuidora de Energia	2.403	2.543	(1.011)	573	4.508	4.508
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	29	119	(15)	36	169	169
Centrais Elétricas do Norte - ELETROACRE	101	507	(482)	-	126	126
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	134	166	(119)	34	215	215
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	240	1.242	(369)	72	1.185	1.185
<b>Setor elétrico - Empresas do Sistema Eletrobras (nota 7.2)</b>	<b>2.907</b>	<b>4.577</b>	<b>(1.996)</b>	<b>715</b>	<b>6.203</b>	<b>6.203</b>

### 7.3 Financiamentos a receber

Os financiamentos ressarcíveis a receber (Controladora), no montante de R\$ 909 (R\$ 1.055 em 2013), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros correspondentes, principalmente, à variação do IGPM ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

## 8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Produtos para venda</b>	<b>2.030</b>	<b>1.924</b>	<b>2.030</b>	<b>1.924</b>
Derivados de petróleo	255	237	255	237
Biocombustíveis	9	-	9	-
Gás natural	2.294	2.161	2.294	2.161
<b>Outros produtos</b>	<b>312</b>	<b>195</b>	<b>303</b>	<b>187</b>
<b>Total</b>	<b>2.606</b>	<b>2.356</b>	<b>2.597</b>	<b>2.348</b>

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 312 (R\$ 316 em 2013).

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2014 e 2013.

Os produtos para venda, materiais e suprimentos para manutenção reconhecidos no resultado e incluídos no custo das vendas totalizaram R\$ 90.433 (R\$ 78.851 em 2013).

## 9 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais	690	579	672	561
Trabalhistas	104	86	104	86
Cíveis	68	61	68	61
Ambientais	9	8	8	8
<b>Totais</b>	<b>871</b>	<b>734</b>	<b>852</b>	<b>716</b>

## 10 Despesas antecipadas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Financiamentos condicionais</b>	<b>1.627</b>	<b>1.160</b>	<b>1.627</b>	<b>1.160</b>
Aluguéis	148	159	148	159
Prêmios de seguros	2	1	2	1
Outros	8	16	8	16
<b>Total</b>	<b>1.785</b>	<b>1.336</b>	<b>1.785</b>	<b>1.336</b>
Circulante	49	56	49	56
Não circulante	1.736	1.280	1.736	1.280

Os financiamentos condicionais, no montante de R\$ 1.627 (R\$ 1.160 em 2013), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis, proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado como redução da receita bruta o montante de R\$ 528 (R\$ 383 em 2013) no Consolidado e na Controladora (notas 2.4 e 21).

continua

continuação



Ministério de Minas e Energia



# Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

## 11 Investimentos

### 11.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Negócios em conjunto					Coligada BRF
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM (*)	Stratura	Operação em conjunto Brasil Carbonos	Empreendimentos controlados em conjunto CDGN (**)	Brasil Supply (**)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	
<b>Ativo</b>								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	191	13	18	13	4	1	-	34
Outros ativos circulantes	57	83	6	29	35	-	-	-
Ativo realizável a longo prazo	370	87	11	3	228	-	-	-
Imobilizado	605	15	102	64	250	-	-	9
Intangível	-	1	-	-	-	-	-	-
	<b>1.223</b>	<b>199</b>	<b>137</b>	<b>109</b>	<b>517</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>43</b>
<b>Passivo</b>								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	69	6	12	11	61	-	-	-
Outros passivos circulantes	135	69	5	22	149	-	-	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	969	-	46	27	321	-	-	-
Outros passivos não circulantes	82	3	-	3	3	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(32)	121	74	46	(17)	1	-	43
	<b>1.223</b>	<b>199</b>	<b>137</b>	<b>109</b>	<b>517</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>43</b>
<b>Resultados</b>								
Receita operacional líquida	4	353	44	99	77	-	-	-
Lucro bruto	4	56	24	22	15	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(7)	9	13	7	(41)	(1)	(1)	(1)
Depreciação, amortização e depleção	-	(1)	(4)	(8)	(8)	-	-	-
Receita de juros	12	6	1	-	3	-	-	-
Despesas de juros	(10)	(4)	(4)	(3)	(34)	-	-	-
Despesas (Receita) de Imposto de Renda (Corrente e Diferido)	-	(5)	(4)	-	-	-	-	-
Capital subscrito em 31/12/2014	-	-	18	-	9	1	1	22
Milhares de ações (ordinárias/cotas)	47	88.410	36.916	21.515	1.053.200	524	524	44.920
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	6,68%	50,00%	45,00%	49,00%

(\*) Cotas.

(\*\*) Posição: 30.11.2014.

A Companhia possui compromissos de efetuar aportes de capital em suas investidas, quando acordado com os demais sócios.

### 11.2 Descrição das atividades das controladas

#### (a) Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FII - FCM é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

#### (b) Stratura Asfaltos S.A. - Stratura

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da Petrobras.

A Stratura está sujeita a eventuais restrições expedidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento que se manifesta sobre o pleito das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência dessas empresas e seu quantitativo de empregados.

### 11.3 Descrição da operação em conjunto

#### Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias do Sistema Petrobras.

Os serviços da Brasil Carbonos são prestados em sua totalidade à Companhia. Há contrato com cláusula de *take or pay* para os serviços prestados na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 21.703 mil toneladas de coque verde de petróleo até dezembro de 2032.

### 11.4 Mutações dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controlada (*)	Negócio em conjunto					Coligada	2014	2013
		Empreendimentos controlados em conjunto							
		Operação em conjunto Stratura	Brasil Carbonos	CDGN	Brasil Supply (*)	BRF Biorefinos			
No início do exercício	115	56	14	3	2	1	191	180	
Aquisição e aporte de capital	-	-	7	-	21	-	28	10	
Equivalência patrimonial	9	7	2	(3)	(2)	-	13	5	
Dividendos	(3)	(1)	-	-	-	-	(4)	(2)	
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-	-	(1)	(1)	
Baixa de participação	-	-	-	-	-	-	-	(1)	
<b>No fim do exercício</b>	<b>121</b>	<b>61</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>227</b>	<b>191</b>	

(\*) O saldo da participação no FII FCM em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e na Brasil Supply em 31 de dezembro de 2014 é zero devido ao reconhecimento dos prejuízos excedentes ao investimento nessas participações, de R\$8 em 2014 (R\$17 em 2013) no passivo.

Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em dezembro de 2014, o saldo de R\$24 está classificado no imobilizado no Consolidado.

## 12 Imobilizado

### 12.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	93	(11)	82	79
Distribuição	9.125	(3.107)	6.018	5.432
<b>Total</b>	<b>9.218</b>	<b>(3.118)</b>	<b>6.100</b>	<b>5.511</b>
	Controladora			
	2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	11	(4)	7	3
Distribuição	8.490	(3.092)	5.398	4.639
<b>Total</b>	<b>8.501</b>	<b>(3.096)</b>	<b>5.405</b>	<b>4.642</b>

### 12.2 Por tipo de ativos

	Consolidado			Total
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.957</b>	<b>1.532</b>	<b>1.335</b>	<b>4.824</b>
Adições	43	244	562	849
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(86)	(243)	-	(329)
Transferências	317	224	(541)	-
Juros capitalizados	-	-	95	95
Outros	15	34	31	80
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.242</b>	<b>1.787</b>	<b>1.482</b>	<b>5.511</b>
Adições	20	328	520	868
Baixas	(5)	(3)	-	(8)
Depreciações	(104)	(253)	-	(357)
Transferências	565	50	(615)	-
Juros capitalizados	-	-	79	79
Outros	-	11	(4)	7
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.718</b>	<b>1.920</b>	<b>1.462</b>	<b>6.100</b>
Custo	2.897	3.942	1.482	8.321
Depreciação	(655)	(2.155)	-	(2.810)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.242</b>	<b>1.787</b>	<b>1.482</b>	<b>5.511</b>
Custo	3.474	4.282	1.462	9.218
Depreciação	(756)	(2.362)	-	(3.118)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.718</b>	<b>1.920</b>	<b>1.462</b>	<b>6.100</b>
Tempo de vida útil estimado	4 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(\*) exceto Terrenos.

	Controladora			Total
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.946</b>	<b>1.524</b>	<b>815</b>	<b>4.285</b>
Adições	42	242	388	672
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(84)	(242)	-	(326)
Transferências	289	210	(499)	-
Outros	-	13	6	19
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.189</b>	<b>1.743</b>	<b>710</b>	<b>4.642</b>
Adições	19	326	454	799
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(103)	(250)	-	(353)
Transferências	570	50	(620)	-
Outros	-	12	313	325
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.671</b>	<b>1.877</b>	<b>857</b>	<b>5.405</b>
Custo	2.840	3.883	710	7.433
Depreciação	(651)	(2.140)	-	(2.791)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.189</b>	<b>1.743</b>	<b>710</b>	<b>4.642</b>
Custo	3.423	4.221	857	8.501
Depreciação	(752)	(2.344)	-	(3.096)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.671</b>	<b>1.877</b>	<b>857</b>	<b>5.405</b>
Tempo de vida útil estimado	10 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(\*) exceto Terrenos.

O montante de R\$ 21 (R\$ 31 em 2013) foi dado como garantia em processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R\$ 471 (R\$ 168 e R\$ 162 em 31 de dezembro de 2013).

Os ativos em construção do Consolidado referem-se, substancialmente, à: (i) construção da BASUL - Base de Cruzeiro do Sul/AC e ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes; e (ii) benfeitorias em imóveis.

As obras do TEPON - Terminal de Distribuição de Combustíveis do Porto Nacional/TO foram concluídas em junho/2014. Esse terminal, que estava registrado como ativo em construção no FII FCM, foi transferido à Companhia e reconhecido como direito de uso de edificações no montante de R\$ 320, em razão do contrato de arrendamento mercantil financeiro celebrado entre as partes.

Para a conclusão das obras da BASUL, o FII FCM possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que somam R\$ 11. Tais compromissos serão cumpridos com recursos captados através da emissão de certificados de recebíveis imobiliários, ocorrida em 2012 e com vencimento nos anos de 2025 e 2032. A estimativa de desembolsos decorrentes do resgate dos certificados de recebíveis imobiliários está incluída no fluxo nominal da Nota 27.3.2.

### 12.3 Por tempo de vida útil estimada

	Consolidado					
	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens					
Vida útil estimada	Depreciação acumulada		2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada
Em 5 anos	161	(102)	59	56		
6 - 10 anos	2.008	(1.066)	942	588		
11 - 15 anos	1.316	(667)	649	576		
16 - 20 anos	196	(86)	110	113		
21 - 25 anos	686	(336)	350	337		
26 - 30 anos	2.549	(650)	1.899	1.723		
30 anos em diante	451	(212)	239	243		
	<b>7.367</b>	<b>(3.119)</b>	<b>4.248</b>	<b>3.636</b>		
Edificações e benfeitorias	3.085	(757)	2.328	1.850		
Equipamentos e outros bens	4.282	(2.362)	1.920	1.786		

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Vida útil estimada	Controladora			
	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens			
	Depreciação		2014	2013
	Custo	acumulada		
Em 5 anos	161	(102)	59	55
6 - 10 anos	2.006	(1.064)	942	587
11 - 15 anos	1.316	(666)	650	576
16 - 20 anos	137	(71)	66	70
21 - 25 anos	685	(335)	350	337
26 - 30 anos	2.549	(650)	1.899	1.724
30 anos em diante	407	(209)	198	203
	<b>7.261</b>	<b>(3.097)</b>	<b>4.164</b>	<b>3.552</b>
Edificações e benfeitorias	3.040	(753)	2.287	1.809
Equipamentos e outros bens	4.221	(2.344)	1.877	1.743

### 12.4 Depreciação

A depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	11	8	8	7
Despesas operacionais	346	321	345	319
	<b>357</b>	<b>329</b>	<b>353</b>	<b>326</b>

(\*) Inclui amortização de mais valia de ativos da operação em conjunto Brasil Carbonos, conforme Nota 11.4.

## 13 Intangível

### 13.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2014		2013	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	323	(57)	266	245
Distribuição	374	(186)	188	254
<b>Total</b>	<b>697</b>	<b>(243)</b>	<b>454</b>	<b>499</b>

	Controladora			
	2014		2013	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	323	(57)	266	245
Distribuição	371	(185)	186	252
<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>(242)</b>	<b>452</b>	<b>497</b>

### 13.2 Por tipo de ativos

	Consolidado				
	Direitos e Concessões	Softwares adquiridos	Softwares desenvolvidos internamente	Goodwill (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>299</b>	<b>107</b>	<b>6</b>	<b>29</b>	<b>441</b>
Adições	39	28	16	—	83
Amortização	(21)	(17)	(9)	—	(47)
Outros	21	—	1	—	22
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>338</b>	<b>118</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>499</b>
Adições	32	29	18	—	79
Baixas	(75)	—	—	—	(75)
Amortização	(23)	(14)	(9)	—	(46)
Outros	(2)	—	(1)	—	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>270</b>	<b>133</b>	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>454</b>
Custo	421	227	67	29	744
Amortização	(83)	(109)	(53)	—	(245)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>338</b>	<b>118</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>499</b>
Custo	328	256	84	29	697
Amortização	(58)	(123)	(62)	—	(243)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>270</b>	<b>133</b>	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>454</b>
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33	5 a 10	5	Indefinida	

(\*) Goodwill de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liqueigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras em 2012.

	Controladora				
	Direitos e Concessões	Softwares adquiridos	Softwares desenvolvidos internamente	Goodwill (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>297</b>	<b>107</b>	<b>6</b>	<b>29</b>	<b>439</b>
Adições	39	28	16	—	83
Amortização	(21)	(16)	(9)	—	(46)
Outros	20	—	1	—	21
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>335</b>	<b>119</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>497</b>
Adições	31	29	18	—	78
Baixas	(75)	—	—	—	(75)
Amortização	(21)	(15)	(9)	—	(45)
Outros	(2)	—	(1)	—	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>268</b>	<b>133</b>	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>452</b>
Custo	417	227	67	29	740
Depreciação	(82)	(108)	(53)	—	(243)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>335</b>	<b>119</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>497</b>
Custo	325	256	84	29	694
Depreciação	(57)	(123)	(62)	—	(242)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>268</b>	<b>133</b>	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>452</b>
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33	5	5	Indefinida	

(\*) Goodwill de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liqueigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras em 2012.

A amortização do exercício de R\$46 (R\$45 na Controladora) foi reconhecida no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, nas despesas de vendas e nas despesas administrativas.

### 13.3 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável por igual período, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo do Estado do Espírito Santo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio do órgão regulador (Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo - ASPE).

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventário dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

Os serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, conforme as disposições regulatórias vigentes, e observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição - que atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Anchieta, Viana, Aracruz, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 267 (R\$ 248 em 2013). O aumento de R\$ 19 no saldo compreende os investimentos realizados ao longo do ano de 2014.

A Companhia não apura margem sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R\$ 29 no exercício de 2014 (R\$ 33 em 2013).

## 14 Fornecedores

	Consolidado		
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 17.1)	Terceiros	Total
A Vencer	2.010	898	2.908
Vencidos			
Até 3 meses	28	58	86
De 3 a 6 meses	89	3	92
Mais de 6 meses	52	6	58
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.179</b>	<b>965</b>	<b>3.144</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.001</b>	<b>1.016</b>	<b>3.017</b>

	Controladora		
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 17.1)	Terceiros	Total
A Vencer	1.995	892	2.887
Vencidos			
Até 3 meses	28	58	86
De 3 a 6 meses	89	3	92
Mais de 6 meses	52	6	58
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.164</b>	<b>959</b>	<b>3.123</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.978</b>	<b>1.010</b>	<b>2.988</b>

## 15 Financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	Mercado Bancário (inclui BNDES e Cédulas de Crédito Bancário)	Mercado de Capitais (CRI's)	Total	Total
<b>Não circulante</b>				
No país				
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>305</b>	<b>912</b>	<b>1.217</b>	<b>277</b>
Provisionamento de juros	8	—	8	8
Transferência de longo prazo para curto prazo	(209)	(62)	(271)	(204)
Variações monetárias e cambiais	—	118	118	—
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>104</b>	<b>968</b>	<b>1.072</b>	<b>81</b>
<b>Circulante</b>				
No país				
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>33</b>	<b>116</b>	<b>149</b>	<b>27</b>
Adição (entrada de novos empréstimos)	17	—	17	—
Provisionamento de juros	17	—	17	15
Amortização de principal e juros	(52)	(118)	(170)	(34)
Transferência de longo prazo para curto prazo	209	62	271	204
Variações monetárias e cambiais	2	9	11	2
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>226</b>	<b>69</b>	<b>295</b>	<b>214</b>
	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Circulante</b>				
Endividamento de curto prazo	—	4	—	—
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	273	134	202	17
Juros sobre financiamento	22	11	12	10
	<b>295</b>	<b>149</b>	<b>214</b>	<b>27</b>

### 15.1 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	2014						
	Consolidado		Controladora		2020 em diante		
	2015	2016	2017	2018	2019	Total	Total
<b>Financiamentos em Reais (R\$):</b>							
Indexados a taxas flutuantes	295	100	102	104	103	663	1.367
Indexados a taxas fixas	—	—	—	—	—	—	—
	<b>295</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>104</b>	<b>103</b>	<b>663</b>	<b>1.367</b>
<b>Taxa média dos Financiamentos em Reais</b>	5,91%	5,28%	5,29%	5,31%	5,32%	4,72%	5,23%
							6,26%
							1.367
							295
							5,23%
							6,26%
							10 anos
							4 anos
							1.433
							244
	Consolidado		Controladora		2013		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
<b>Financiamentos em Reais (R\$):</b>							
Indexados a taxas flutuantes	145	269	89	91	93	669	1.356
Indexados a taxas fixas	4	—	—	—	—	6	10
	<b>149</b>	<b>269</b>	<b>89</b>	<b>91</b>	<b>93</b>	<b>675</b>	<b>1.366</b>
<b>Taxa média dos Financiamentos em Reais</b>	6,41%	5,75%	4,61%	4,56%	4,57%	4,27%	5,89%
							6,78%
							1.366
							304
							5,89%
							6,78%
							10 anos
							4 anos

A Brasil Carbonos está sujeita a cláusulas restritivas em contratos de financiamento, com base em determinados indicadores econômico-financeiros. Em 31 de dezembro de 2014, as cláusulas foram integralmente cumpridas.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) emitidos pelo FII FCM representam 75,9% do saldo do Consolidado. Esses CRIs, atualizados pelo IPCA, são lastreados nos aluguéis a receber da BR.

## 16 Arrendamentos mercantis

### 16.1 Arrendamentos mercantis financeiros (com transferência de benefícios, riscos e controles)

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IGPM e IPCA.

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A.. Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos à Suzano Papel e Celulose S.A.. Essas operações de arrendamento e subarrendamento mercantil financeiro têm duração de 10 anos, com vencimento em 2023, ao final dos quais os equipamentos serão adquiridos pela Suzano. O valor presente dos pagamentos a serem efetuados pela Suzano, no montante de R\$16 (Nota 7), está reconhecido nas contas a receber e será atualizado monetariamente pelo IGPM.

Concomitantemente, a Companhia firmou com a Suzano um contrato incondicional de fornecimento de óleo combustível para a operação dos equipamentos arrendados.

### 16.2 Arrendamentos mercantis operacionais (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Em 2014, a Companhia pagou um montante de R\$ 295 (R\$254 em 2013) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R\$ 197 referente a parcelas fixas e R\$ 98 referente a parcelas variáveis.

A seguir, apresentamos a estimativa de desembolsos para os próximos exercícios.

	Consolidado	Controladora
2015	142	142
2016 - 2019	367	367
2020 em diante	627	627

continua

continuação



Ministério de Minas e Energia



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### 17 Partes relacionadas

#### 17.1 Transações comerciais e outras operações

##### 17.1.1 Por operação

	Consolidado					
	2014					
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	Total
<b>Resultado</b>						
Receitas, principalmente de vendas	7.796	-	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	(20)	-	-	-	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	309	-	-	-	-	-
<b>Ativo</b>						
Contas a receber, principalmente por vendas	-	1.159	5.578	6.737	-	-
<b>Passivo</b>						
Fornecedores (Nota 14)	-	-	-	-	2.179	2.179
Operações de mútuo	-	-	-	-	6.596	6.596
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	267	267
<b>Em 2014</b>	<b>8.085</b>	<b>1.159</b>	<b>5.578</b>	<b>6.737</b>	<b>9.042</b>	<b>9.042</b>
<b>Em 2013</b>	<b>6.255</b>	<b>850</b>	<b>2.560</b>	<b>3.410</b>	<b>2.506</b>	<b>2.506</b>

	Controladora					
	2014					
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	Total
<b>Resultado</b>						
Receitas, principalmente de vendas	7.802	-	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	(20)	-	-	-	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	309	-	-	-	-	-
<b>Ativo</b>						
Contas a receber, principalmente por vendas	-	1.237	5.578	6.815	-	-
Dividendos a receber	-	3	-	3	-	-
<b>Passivo</b>						
Fornecedores (nota 14)	-	-	-	-	2.164	2.164
Operações de mútuo	-	-	-	-	6.596	6.596
Dividendos / Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	267	267
Arrendamentos mercantis financeiros	-	-	-	-	40	370
<b>Em 2014</b>	<b>8.091</b>	<b>1.240</b>	<b>5.578</b>	<b>6.818</b>	<b>9.067</b>	<b>370</b>
<b>Em 2013</b>	<b>6.309</b>	<b>846</b>	<b>2.561</b>	<b>3.407</b>	<b>2.521</b>	<b>106</b>

As compras efetuadas da Petrobras totalizaram R\$78.563 (R\$69.279 em 2013).

##### 17.1.2 Por empresa

	Consolidado					
	2014					
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	Total
<b>Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico (Sistema Eletrobras)</b>						
Empresas do setor elétrico (Sistema Eletrobras)	4.524	710	5.493	6.203	-	-
Petrobras	1.293	260	-	260	8.947	8.947
Arembepe	430	68	-	68	-	-
Camaçari Muricy	378	60	-	60	-	-
Termocabo	131	25	-	25	-	-
Transpetro	33	13	-	13	6	6
Petrobras Paraguay Operaciones y Logística	13	3	-	3	16	16
Outras	208	14	85	99	41	41
<b>7.010</b>	<b>1.153</b>	<b>5.578</b>	<b>6.731</b>	<b>9.010</b>	<b>9.010</b>	
<b>Coligadas do Sistema Petrobras</b>						
Suape II	853	-	-	-	7	7
Braskem	151	4	-	4	2	2
Guarani S.A.	52	2	-	2	23	23
Outras coligadas	19	-	-	-	-	-
<b>1.075</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	
<b>Em 2014</b>	<b>8.085</b>	<b>1.159</b>	<b>5.578</b>	<b>6.737</b>	<b>9.042</b>	<b>9.042</b>

	Controladora					
	2014					
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	Total
<b>Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico (Sistema Eletrobras)</b>						
Empresas do setor elétrico (Sistema Eletrobras)	4.524	710	5.493	6.203	-	-
Petrobras	1.293	257	-	257	8.925	8.925
Arembepe	430	68	-	68	-	-
Camaçari Muricy	378	60	-	60	-	-
Transpetro	33	13	-	13	6	6
Petrobras Paraguay Operaciones y Logística	15	3	-	3	16	16
Termocabo	131	25	-	25	-	-
Fundo Invest. Imobiliário FCM	-	81	-	81	42	370
Outras	212	17	85	102	46	46
<b>7.016</b>	<b>1.234</b>	<b>5.578</b>	<b>6.812</b>	<b>9.035</b>	<b>370</b>	<b>9.405</b>
<b>Coligadas do Sistema Petrobras</b>						
Suape II	853	-	-	-	7	7
Braskem	151	4	-	4	2	2
Guarani S.A.	52	2	-	2	23	23
Outras coligadas	19	-	-	-	-	-
<b>1.075</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	
<b>Em 2014</b>	<b>8.091</b>	<b>1.240</b>	<b>5.578</b>	<b>6.818</b>	<b>9.067</b>	<b>370</b>

#### 17.2 Transações com entidades governamentais

As transações resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	2014			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Títulos Governamentais	5	-	4	-
Banco do Brasil S.A.	379	34	300	33
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB) (Nota 9)	871	-	734	-
Setor elétrico - Sistema Eletrobras (Nota 7.2)	6.203	-	2.907	-
Cientes Governo	99	160	95	146
	<b>7.557</b>	<b>194</b>	<b>4.040</b>	<b>179</b>
Circulante	1.188	172	858	152
Não circulante	6.369	22	3.182	27

	Consolidado			
	2013			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	379	-	300	-
Contas a receber	809	-	558	-
<b>Não Circulante</b>	<b>6.369</b>	<b>-</b>	<b>3.182</b>	<b>-</b>
Títulos e valores mobiliários	5	-	4	-
Depósitos judiciais	871	-	734	-
Contas a receber	5.493	-	2.444	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>172</b>	<b>-</b>	<b>152</b>
Financiamentos	-	12	-	6
Adiantamento de clientes	-	160	-	146
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>27</b>
Financiamentos	-	22	-	27
	<b>7.557</b>	<b>194</b>	<b>4.040</b>	<b>179</b>

	Controladora			
	2014			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Títulos governamentais	5	-	4	-
Banco do Brasil S.A.	361	-	292	-
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB) (Nota 9)	852	-	716	-
Setor elétrico - Sistema Eletrobras (nota 7.2)	6.203	-	2.907	-
Cientes Governo	99	160	95	146
	<b>7.520</b>	<b>160</b>	<b>4.014</b>	<b>146</b>
Circulante	1.170	160	850	146
Não circulante	6.350	-	3.164	-

	Controladora			
	2013			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.170</b>	<b>-</b>	<b>850</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa	361	-	292	-
Contas a receber	809	-	558	-
<b>Não Circulante</b>	<b>6.350</b>	<b>-</b>	<b>3.164</b>	<b>-</b>
Títulos e valores mobiliários	5	-	4	-
Depósitos judiciais	852	-	716	-
Contas a receber	5.493	-	2.444	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>146</b>
Adiantamento de clientes	-	160	-	146
	<b>7.520</b>	<b>160</b>	<b>4.014</b>	<b>146</b>

#### 17.3 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações financeiras	419	9	416	-
Encargos financeiros a apropriar	-	11	-	11
Cessões de direitos performados	(380)	(2.650)	(380)	(2.650)
<b>Total classificado no ativo circulante</b>	<b>39</b>	<b>(2.630)</b>	<b>36</b>	<b>(2.639)</b>
Cessões de direitos não performados	(24)	(16)	-	-
<b>Total classificado no passivo circulante</b>	<b>(24)</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receita financeira FIDC-NP	57	2	57	2
Despesa financeira FIDC-NP	(283)	(137)	(283)	(137)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(226)</b>	<b>(135)</b>	<b>(226)</b>	<b>(135)</b>

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como redutoras das contas a receber, enquanto não compensadas. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas em outras contas a pagar, no passivo circulante. A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC-NP Petrobras é de 100,5% do CDI do dia anterior à operação; não há IOF e IR na operação.

#### 17.4 Compromissos contratuais - Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras, para o período de 2015 a 2025, de aproximadamente 8,7 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total estimado de R\$ 6.000.

#### 17.5 Mútuo

Em 18 de julho de 2014, a Companhia captou R\$ 5.336 junto à Petrobras para atendimento à necessidade de capital de giro. O prazo inicialmente previsto para o pagamento é 18 de julho de 2015.

Captações adicionais ocorreram em 22 de setembro e em 13 de outubro de 2014, nos valores de R\$ 350 e de R\$ 500, respectivamente. O prazo estimado para pagamento é de um ano após as datas de contratação.

O encargo de IOF nas captações foi de R\$ 116 e compõe o total das despesas tributárias de 2014. Sobre os mútuos, incide a taxa de 140% do CDI diário, que produziu uma despesa financeira de R\$410. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.596.

#### 17.6 Remuneração de dirigentes e empregados (em Reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo as gratificações dos ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia relativas ao mês de dezembro de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Em reais</b>				
Remuneração por empregado				
Menor remuneração	1.738,00	1.659,91	3.074,85	2.680,52
Remuneração média	7.499,35	8.264,19	12.105,13	10.059,26
Maior remuneração	65.401,43	31.017,72	65.401,43	31.017,72
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	116.892,04	87.355,55	94.055,84	87.355,55

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2014 foi de R\$ 7.141.847,51 (R\$ 7.686.297,23 em 2013) na Controladora e de R\$ 11.015.361,80 (R\$ 9.872.015,78 em 2013) no Consolidado.

No exercício de 2014, os honorários de diretores e conselheiros no Consolidado totalizaram R\$ 8.181.175,75 (R\$ 8.440.748,72 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

### 18 Impostos e contribuições

#### 18.1 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Ativo circulante</b>				
ICMS	717	586	702	583
PIS/COFINS	5	44	1	42
Imposto de renda	3	57	-	57
Contribuição social	1	16	-	15
Outros impostos	21	41	20	40
	<b>747</b>	<b>744</b>	<b>723</b>	<b>737</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
ICMS diferido	8	5	7	5
ICMS - Substituição tributária	22	46	22	46
ICMS	39	35	7	-
Outros impostos	-	7	-	7
	<b>69</b>	<b>93</b>	<b>36</b>	<b>58</b>
	<b>816</b>	<b>837</b>	<b>759</b>	<b>795</b>

#### 18.2 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Passivo Circulante</b>				
ICMS	213	208	213	207
PIS/COFINS	16	11	16	11
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	28	29	28	29
Imposto de renda e contribuição social correntes	60	1	54	-
Outros	27	26	22	21
	<b>344</b>	<b>275</b>	<b>333</b>	<b>268</b>

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### 18.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e exigibilidade dos passivos estão apresentados a seguir:

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Natureza	Consolidado		Controladora		Fundamento para realização
	2014	2013	2014	2013	
Absorção de financiamentos condicionais	296	211	296	211	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	386	41	386	41	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	122	95	121	95	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigações PETROS - Futuros inativos	132	111	131	111	Conforme percentual baseado no laudo atuarial, que sofre atualização anual
Provisão para participação nos lucros	-	22	-	22	Pagamento efetivo
Deságio de precatórios	14	17	14	17	Pela liquidação dos títulos
Arrendamentos mercantis financeiros	116	49	116	49	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	10	12	10	12	Pela realização da receita
Perdas Atuariais - CPC 33	194	33	194	33	Anualmente, quando da realização de novos cálculos
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional	(1)	(1)	(1)	(1)	Pela alienação ou resgate das Notas do Tesouro Nacional tipo "P"
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(124)	(55)	(123)	(55)	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	(94)	(75)	(92)	(73)	Pela depreciação dos imobilizados (ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida)
Atualização de depósitos judiciais	(119)	(109)	(118)	(109)	Por ocasião do ganho da ação judicial
Outros	52	12	49	8	
	<b>984</b>	<b>363</b>	<b>983</b>	<b>361</b>	

#### (b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

Origem do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos	Consolidado					Controladora		
	Imobilizado	Contas a receber / pagar e em- préstimos e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Benefícios pós-emprego	Outros	Total	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>								
Reconhecido no resultado do exercício	(58)	184	12	89	341	(55)	513	510
Reconhecido no patrimônio líquido	(20)	68	(6)	6	58	(31)	75	75
Outros	-	-	-	-	(255)	32	(223)	(223)
Em 31 de dezembro de 2013	(79)	252	6	95	144	(55)	363	361
Reconhecido no resultado do exercício	(18)	430	(4)	27	21	2	458	458
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	161	-	161	161
Outros	-	-	-	-	-	2	2	3
Em 31 de dezembro de 2014	(97)	682	2	122	326	(51)	984	983

#### (c) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

Período	2014		2013	
	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos		Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	Ativos	Ativos	Ativos	Ativos
2015	149	149	98	98
2016	438	438	60	61
2017	105	105	61	61
2018	105	105	61	60
2019	33	33	9	8
2020	28	28	9	8
2021	21	20	9	8
2022 em diante	105	105	56	57
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>984</b>	<b>983</b>	<b>363</b>	<b>361</b>

### 18.4 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre o lucro apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2014 e de 2013 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Lucro antes dos impostos</b>	1.546	3.043	1.539	3.040
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(526)	(1.035)	(523)	(1.034)
<b>Ajustes para apuração alíquota efetiva:</b>				
· Juros sobre o capital próprio	190	156	190	156
· Adições/exclusões permanentes, líquidas	(92)	(57)	(94)	(59)
· Ajustes de IR e CSLL de exercícios anteriores	(16)	-	(16)	-
· Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(2)	2	(3)
· Incentivos fiscais	25	32	25	32
· Outros itens	(3)	(5)	-	-
<b>Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(423)</b>	<b>(911)</b>	<b>(416)</b>	<b>(908)</b>
IR e CSLL correntes	(881)	(986)	(874)	(983)
IR e CSLL diferidos	458	75	458	75
	<b>(423)</b>	<b>(911)</b>	<b>(416)</b>	<b>(908)</b>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	27,4%	29,9%	27,0%	29,9%

### 19 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos planos de pensão e saúde estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Passivo</b>				
Planos de pensão	1.030	512	1.027	510
Planos de saúde	1.054	736	1.054	736
	<b>2.084</b>	<b>1.248</b>	<b>2.081</b>	<b>1.246</b>
<b>Circulante</b>	83	84	83	84
<b>Não circulante</b>	2.001	1.164	1.998	1.162

### 19.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

#### (a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R\$ 297 (R\$ 297 na Controladora), dos quais R\$ 19 (R\$ 19 na Controladora), de juros vencem em 2015. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos, com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R\$ 6.972, em substituição às Notas do Tesouro Nacional de longo prazo, em julho de 2012.

As contribuições esperadas da Companhia para 2015 são de R\$48 (R\$48 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 12,10 anos.

#### Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2014, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$32 (R\$32 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 41,80 anos.

### 19.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Fundação Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de 5 anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM - *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2015 a 2019 são de: 30% a 60% em renda fixa, 30% a 45% em renda variável, 3% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 4% a 13% em investimentos estruturados e de 0% a 1% em renda variável global. Os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 30% a 90% em renda fixa, 5% a 25% em renda variável, 0% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 10% em investimentos estruturados e de 0% a 3% em renda variável global.

### 19.3 Plano de Saúde

#### (a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia, Petrobras, Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, Petrobras Biocombustível e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG mantêm um plano de assistência médica (AMS) que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 22 anos.

### 19.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

#### (a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2014				
	Consolidado		Controladora		
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
<b>Movimentação do valor presente das obrigações atuariais</b>					
Obrigações atuariais no início do exercício	3.369	44	736	4.149	4.147
Custo dos juros	443	5	102	550	550
Custo do serviço corrente	13	5	19	37	37
Contribuições de participantes	23	-	-	23	23
Benefícios pagos	(132)	(1)	(42)	(175)	(175)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	215	18	150	383	383
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(233)	(6)	(137)	(376)	(376)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	221	14	226	461	460
<b>Obrigações atuariais no fim do exercício</b>	<b>3.919</b>	<b>79</b>	<b>1.054</b>	<b>5.052</b>	<b>5.049</b>
Ativo do plano no início do exercício	2.877	24	-	2.901	2.901
Receitas de juros	370	3	-	373	373
Contribuições pagas pela empresa	50	-	-	50	50
Contribuições de participantes	23	-	-	23	23
Benefícios pagos	(132)	(1)	-	(133)	(133)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(263)	17	-	(246)	(246)
<b>Ativos do plano no fim do exercício</b>	<b>2.925</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>2.968</b>	<b>2.968</b>

continua



continuação



Ministério de Minas e Energia



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão		Plano de Saúde	Total	Total
Benefício Definido	Contribuição Variável				
<b>Valores reconhecidos no balanço patrimonial</b>					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.919	79	1.054	5.052	5.049
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.925)	(43)	-	(2.968)	(2.968)
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro</b>	<b>994</b>	<b>36</b>	<b>1.054</b>	<b>2.084</b>	<b>2.081</b>
<b>Movimentação do passivo atuarial líquido</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	492	20	736	1.248	1.246
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	467	8	240	715	715
(+) Custos incorridos no período	13	5	19	37	37
(-) Pagamento de contribuições	(51)	-	(42)	(93)	(94)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	73	3	101	177	177
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>994</b>	<b>36</b>	<b>1.054</b>	<b>2.084</b>	<b>2.081</b>

	2013				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão		Plano de Saúde	Total	Total
Benefício Definido	Contribuição Variável				
<b>Movimentação do valor presente das obrigações atuariais</b>					
Obrigação atuarial no início do exercício	4.078	101	1.044	5.223	5.219
Custo dos juros	378	9	96	483	483
Custo do serviço corrente	79	21	33	133	133
Contribuições de participantes	26	-	-	26	26
Benefícios pagos	(99)	-	(41)	(140)	(140)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	223	(32)	(104)	87	14
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	35	(4)	-	31	31
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(1.351)	(51)	(292)	(1.694)	(1.619)
<b>Obrigação atuarial no fim do exercício</b>	<b>3.369</b>	<b>44</b>	<b>736</b>	<b>4.149</b>	<b>4.147</b>
<b>Movimentação do valor justo dos ativos do plano</b>					
Ativo do plano no início do exercício	3.050	20	-	3.070	3.070
Receitas de juros	285	2	-	287	287
Contribuições pagas pela empresa	48	-	-	48	48
Contribuições de participantes	25	-	-	25	25
Benefícios pagos	(99)	-	-	(99)	(99)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(432)	2	-	(430)	(430)
<b>Ativos do plano no fim do exercício</b>	<b>2.877</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>2.901</b>	<b>2.901</b>

	2013				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão		Plano de Saúde	Total	Total
Benefício Definido	Contribuição Variável				
<b>Valores reconhecidos no balanço patrimonial</b>					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.369	44	736	4.149	4.147
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.877)	(24)	-	(2.901)	(2.901)
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro</b>	<b>492</b>	<b>20</b>	<b>736</b>	<b>1.248</b>	<b>1.246</b>
<b>Movimentação do passivo atuarial líquido</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.028	81	1.044	2.153	2.149
(-) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(672)	(87)	(385)	(1.144)	(1.143)
(+) Custos incorridos no período	77	21	33	131	131
(-) Pagamento de contribuições	(48)	(1)	(41)	(90)	(89)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	107	6	85	198	198
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>492</b>	<b>20</b>	<b>736</b>	<b>1.248</b>	<b>1.246</b>

### (b) Componentes do custo de benefício definido

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão		Plano de Saúde	Total	Total
Benefício Definido	Contribuição Variável				
Custo do serviço	13	5	19	37	36
Juros líquidos sobre o passivo líquido	73	2	102	177	178
<b>Custo líquido no exercício</b>	<b>86</b>	<b>7</b>	<b>121</b>	<b>214</b>	<b>214</b>
<b>Relativa a empregados ativos</b>					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	3	-	2	5	5
Diretamente no resultado	36	7	55	98	97
Relativa aos inativos	47	-	64	111	112
<b>Custo líquido no exercício</b>	<b>86</b>	<b>7</b>	<b>121</b>	<b>214</b>	<b>214</b>

	2013				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão		Plano de Saúde	Total	Total
Benefício Definido	Contribuição Variável				
Custo do serviço	78	21	33	132	132
Juros líquidos sobre o passivo líquido	94	7	96	197	197
<b>Custo líquido no exercício</b>	<b>172</b>	<b>28</b>	<b>129</b>	<b>329</b>	<b>329</b>
<b>Relativa a empregados ativos</b>					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	9	1	4	14	14
Diretamente no resultado	127	27	75	229	228
Relativa aos inativos	36	-	50	86	87
<b>Custo líquido no exercício</b>	<b>172</b>	<b>28</b>	<b>129</b>	<b>329</b>	<b>329</b>

### (c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de custos médicos teria os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto		Saúde		Custos médicos	
	Pensão	Saúde	Pensão	Saúde	Saúde	Saúde
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(392)	475	(127)	158	175	(130)
Custo do serviço e juros	(26)	32	(3)	3	7	(5)

### (d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2014	2013
Taxa de desconto (Real)	6,14% <sup>(1)</sup> / 6,20% <sup>(2)</sup> / 6,15% <sup>(3)</sup>	6,56% <sup>(1)</sup> / 6,65% <sup>(2)</sup> / 6,58% <sup>(3)</sup>
Inflação (IPCA)	6,50% <sup>(1)(2)(3)(4)</sup>	5,93% <sup>(1)(2)(3)</sup>
Taxa de desconto nominal (Real + inflação)	13,04% <sup>(1)</sup> / 13,10% <sup>(2)</sup> / 13,05% <sup>(3)</sup>	12,88% <sup>(1)</sup> / 12,97% <sup>(2)</sup> / 12,90% <sup>(3)</sup>
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,761% <sup>(1)</sup> / 3,77% <sup>(2)</sup>	1,981% <sup>(1)</sup> / 4,044% <sup>(2)</sup>
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + inflação)	8,37% <sup>(1)</sup> / 10,52% <sup>(2)</sup>	8,03% <sup>(1)</sup> / 10,21% <sup>(2)</sup>
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,642% a.a. <sup>(6)</sup>	0,590% a.a. <sup>(6)</sup>
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	14,47% a 3,00% a.a. <sup>(7)</sup>	11,62% a 4,09% a.a. <sup>(7)</sup>
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) <sup>(8)</sup>	AT 2000 Básica, específica por sexo e suavizada em 20% <sup>(8)</sup>
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 <sup>(9)</sup>	TASA 1927 <sup>(9)</sup>
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 masculina agravada em 10% <sup>(10)</sup>	Winklevoss por sexo suavizada em 20% <sup>(10)</sup>
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos/ Mulher, 56 anos <sup>(11)</sup>	Homem, 56 anos/ Mulher, 55 anos <sup>(11)</sup> Homem, 53 anos/ Mulher, 48 anos <sup>(2)</sup>

(1) Plano Petros Sistema Petrobras

(2) Plano Petros 2

(3) Plano AMS

(4) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 6,30% para 2015 e atingindo 3,00% em 2030

(5) Taxa decrescente atingindo 3,395% a partir de 2015

(6) Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço

(7) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas à taxa da patrocinadora

(8) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas a Tábua de Mortalidade AT-2000 feminina suavizada em 10% (2014) e AT 2000 (80% masculino + 20% feminino) suavizada em 10% (2013).

(9) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram utilizadas as Tábuas de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas

(10) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas as Tábuas de Mortalidade de Inválidos IAPB 1957

(11) Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Em relação à premissa atuarial de mortalidade geral, a Companhia passou a utilizar a Tábua de mortalidade geral EX-PETROS 2013 (para ambos os gêneros), em substituição à Tábua de Mortalidade AT 2000, que foi utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2013. A Tábua EX-PETROS tem característica bidimensional, através da qual se evidenciam tanto a mortalidade por idade quanto os ganhos de longevidade das idades ao longo dos anos. Essa Tábua, já devidamente reconhecida nas entidades técnicas atuariais, foi formulada com base em dados expressivos da experiência de longo período dos participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras. Da Tábua EX-PETROS, o atuário independente da Fundação Petros coletou a posição do ano de 2013 como a observação da série anual mais aderente estatisticamente à característica populacional da massa de participantes.

### (e) Perfil de vencimento da obrigação

Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal	
31/12/2015	257
31/12/2016	253
31/12/2017	253
31/12/2018	249
31/12/2019 ou posterior	4.040
	<b>5.052</b>

## 19.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social, a Lei nº 10.101/2000 e demais normativos vigentes, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia provisionou o valor de R\$ 60 (R\$ 65 em 2013) para a distribuição aos seus empregados, correspondente a 5,1% do lucro antes das participações, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária, na forma disposta pelo artigo 47 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

## 19.6 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

Em janeiro de 2014, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), em alinhamento ao programa da Petrobras, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

O período de inscrições ao PIDV encerrou em 31 de março de 2014 e totalizou 712 empregados inscritos. Após a adesão, estes empregados foram classificados em grupos conforme o tempo de permanência na empresa: (I) até 3 meses; (II) de 3 a 24 meses e; (III) empregados com tempo de permanência condicionado à reposição da vaga, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham, no mínimo, 55 anos, e estavam aposentados perante a Previdência Social em 31 de março de 2014, conforme previsto no Plano, podendo desistir a qualquer momento, situação em que não fariam jus ao incentivo financeiro.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que cumprirem o plano de ação contempla parcelas fixas equivalentes a dez remunerações normais, cujo teto é R\$ 600 mil (seiscentos mil reais) e o piso é R\$ 180 mil (cento e oitenta mil reais), parcelas variáveis de 15% a 25% de uma remuneração por mês, a partir do 7º mês de permanência até a data do desligamento, e demais vantagens legais e corporativas.

A Companhia reconheceu a provisão em 30 de abril de 2014, estando sujeita a alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA, além do reconhecimento das parcelas variáveis.

No período de abril a dezembro de 2014, a Companhia registrou 645 desligamentos e 50 desistências de empregados que aderiram ao PIDV, cuja movimentação da provisão está registrada no passivo circulante e representada a seguir:

	Controladora
<b>Saldo em 30 de abril de 2014</b>	<b>166</b>
Revisão de provisão (*)	(8)
Utilização por desligamento	(149)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>9</b>

(\*) Inclui desistências, reajuste salarial e atualização do piso e do teto pelo IPCA.

## 20 Patrimônio líquido

### 20.1 Capital social realizado

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013, foi aprovado o aumento do capital social através da aplicação do excesso das reservas de lucros (R\$ 1.735) e da incorporação da reserva de incentivos fiscais (R\$ 54).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2013, foi aprovado aumento de capital por meio de aporte de ativos da Petrobras (R\$ 20).

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (R\$ 5.991), totalmente subscrito e integralizado, estava composto por 34.777.774.156 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconvertíveis.

### 20.2 Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013, foi autorizada a capitalização do total do saldo das reservas de capital existente em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$54.

### 20.3 Reservas de lucros

#### (a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

#### (b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

#### (c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O orçamento de capital do exercício de 2015, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, em data a ser definida, e prevê aplicações de recursos no montante de R\$ 1.587.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 480.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o capital social em R\$ 361.

## 20.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art. 7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2014 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária.

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.123	2.132
Apropriação		
Reserva legal	(56)	(107)
<b>Lucro básico para determinação dos dividendos</b>	<b>1.067</b>	<b>2.025</b>
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante		
Equivalentes a 25% (25% em 2013) do lucro básico	267	506
Composição dos dividendos a pagar, dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio	557	460
Dividendos	(206)	115
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>351</b>	<b>575</b>
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(84)	(69)
<b>Total de dividendos propostos</b>	<b>267</b>	<b>506</b>
<b>Dividendos por lote de mil ações</b>	<b>7,68</b>	<b>14,55</b>

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2014 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 683/12, resultando em um benefício tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$190 (R\$156 em 2013).

### 20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

### 20.6 Lucro por ação

Segue-se o cálculo do lucro por lote de mil ações:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido	1.123	2.132	1.123	2.132
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	34.777.774,156	34.777.774,156	34.777.774,156	34.777.774,156
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por lote de mil ações)</b>	<b>32,29</b>	<b>61,30</b>	<b>32,29</b>	<b>61,30</b>

### 21 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Faturamento				
Derivados de petróleo	108.311	93.991	108.311	93.991
Etanol	4.502	3.900	4.502	3.900
Gás natural	1.717	1.475	1.700	1.466
Asfalto	1.230	1.083	849	743
Lubrificantes	1.977	1.797	1.977	1.797
Outros	3.924	3.721	3.848	3.652
Financiamentos condicionais	(528)	(383)	(528)	(383)
Encargos de vendas				
ICMS	(20.188)	(17.432)	(20.126)	(17.375)
PIS/ PASEP	(361)	(294)	(355)	(289)
COFINS	(1.663)	(1.356)	(1.633)	(1.330)
ISS	(7)	(5)	(6)	(4)
<b>Receita de vendas</b>	<b>98.914</b>	<b>86.497</b>	<b>98.539</b>	<b>86.168</b>

### 22 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Aluguéis e royalties	239	231	239	231
Relações institucionais e projetos culturais	(190)	(150)	(190)	(150)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV (Nota 19.6)	(157)	-	(157)	-
Gastos com compartilhamento de custos e despesas	(130)	-	(130)	-
Arrendamentos operacionais	(124)	(89)	(124)	(89)
Perdas e provisões com processos judiciais	(111)	(54)	(111)	(52)
Receita de armazenagem conjunta	66	69	66	69
Gratificação de acordo coletivo	(58)	(50)	(58)	(50)
Resultado com alienação de ativos permanentes	40	45	36	44
Receitas de construção da infraestrutura (Nota 13.3)	29	33	29	33
Custos de construção da infraestrutura (Nota 13.3)	(29)	(33)	(29)	(33)
Multas contratuais e regulatórias	20	19	20	19
Recuperação de créditos tributários	-	10	-	10
Reversão de tributos pagos a maior	9	71	9	71
Renegociação de contratos com clientes	-	(59)	-	(59)
Operação Lava Jato (Nota 2.3)	(23)	-	(23)	-
Outros	(10)	(5)	(16)	(13)
	<b>(429)</b>	<b>38</b>	<b>(439)</b>	<b>31</b>

### 23 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas e produtos para revenda	(91.228)	(79.869)	(90.944)	(79.609)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(3.070)	(2.745)	(2.970)	(2.547)
Despesas com pessoal	(1.518)	(1.412)	(1.500)	(1.394)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(1.109)	(87)	(1.113)	(86)
Depreciação e amortização	(403)	(376)	(398)	(372)
Variação dos estoques	250	510	249	510
Relações institucionais e projetos culturais	(190)	(150)	(190)	(150)
Tributárias	(160)	(33)	(157)	(29)
Perdas e provisões com processos judiciais	(112)	(54)	(111)	(52)
Operação Lava Jato (Nota 2.3)	(23)	-	(23)	-
Outras	293	480	238	313
	<b>(97.270)</b>	<b>(83.736)</b>	<b>(96.919)</b>	<b>(83.416)</b>
Custo dos produtos e serviços vendidos	(91.237)	(79.580)	(90.929)	(79.306)
Despesas com vendas	(4.524)	(3.256)	(4.489)	(3.225)
Despesas gerais e administrativas	(748)	(753)	(734)	(735)
Tributárias	(160)	(33)	(157)	(29)
Outras receitas e despesas operacionais, planos de benefícios e PLR	(601)	(114)	(610)	(121)
	<b>(97.270)</b>	<b>(83.736)</b>	<b>(96.919)</b>	<b>(83.416)</b>

### 24 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Despesas, variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido	(154)	(135)	(23)	(17)
Receita com aplicações financeiras	24	25	3	1
Despesa líquida com FIDC (nota 17.3)	(226)	(135)	(226)	(135)
Despesa com mútuo (nota 17.5)	(410)	-	(410)	-
Antecipação de recebíveis	(386)	(22)	(386)	(22)
<b>Resultado financeiro sobre endividamento líquido</b>	<b>(1.152)</b>	<b>(267)</b>	<b>(1.042)</b>	<b>(173)</b>
Encargos financeiros capitalizados	99	118	-	-
Atualização de depósitos judiciais (nota 9)	60	133	58	133
Hedge sobre operações comerciais e financeiras (nota 27.2.1.1)	(12)	(21)	(12)	(21)
Títulos e valores mobiliários	1	87	1	87
Juros por atraso e financiamentos de clientes	269	247	263	242
Atualização da confiança de dívida - Sistema Eletrobras (nota 7.2)	715	-	715	-
Atualização monetária - impostos a recuperar	-	83	-	83
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(18)	(14)	(18)	(14)
Arrendamentos mercantis financeiros	(18)	(21)	(39)	(21)
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	(87)	(102)	(54)	(59)
Outras variações cambiais e monetárias, líquidas	47	45	34	26
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(96)</b>	<b>288</b>	<b>(94)</b>	<b>283</b>
Despesas	(1.188)	(251)	(1.182)	(249)
Receitas	368	322	369	336
Variações cambiais e monetárias, líquidas	724	217	719	196

### 25 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Valores pagos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social	652	1.001	647	1.000
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	61	44	61	44
	<b>713</b>	<b>1.045</b>	<b>708</b>	<b>1.044</b>

### 26 Processos judiciais e contingências

#### 26.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas investidas, no curso normal das operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas investidas constituem provisões para processos legais a valores considerados suficientes para cobrir perdas prováveis, com base em análise dos seus assessores jurídicos e da Administração.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Causas trabalhistas	128	107	128	106
Causas fiscais	40	30	39	29
Causas cíveis	181	135	181	135
Causas ambientais	8	9	9	8
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>279</b>	<b>357</b>	<b>278</b>
Circulante	159	115	159	115
Não circulante	198	164	198	163

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	279	261	278	260
Adição de provisão	108	75	108	75
Utilização por pagamentos	(19)	(29)	(18)	(28)
Atualização de juros	8	18	8	17
Reversão de provisão	(19)	(46)	(19)	(46)
<b>Saldo final</b>	<b>357</b>	<b>279</b>	<b>357</b>	<b>278</b>

As despesas com processos judiciais estão reconhecidas nas outras despesas operacionais.

Há coberturas de seguro garantia para parte das ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. A cobertura de seguro garantia contratada em 31 de dezembro de 2014 é de R\$157.

#### 26.2 Processos judiciais não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais	1.732	1.232	1.710	1.217
Cíveis - Gerais	959	923	959	923
Trabalhistas	123	112	123	112
Cíveis - Ambientais	10	11	10	10
	<b>2.824</b>	<b>2.278</b>	<b>2.802</b>	<b>2.262</b>

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

#### (a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
--	------------

#### Autores: Estados Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e distribuidoras de combustíveis do Estado de Alagoas

1) Processos judiciais em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado. 227

#### Autor: Estado do Rio de Janeiro

2) ICMS - O Convênio CONFAZ ICM 66/88 admitia a escrituração e manutenção de créditos de ICMS nas operações interestaduais com derivados de petróleo. Não havia tal previsão expressa na Constituição Federal, que tratou apenas da escrituração e manutenção de créditos em operações internas (praticadas dentro do território de um mesmo Estado). O Estado do Rio de Janeiro ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 715) perante o STF, que proferiu decisão liminar afastando a aplicação do citado Convênio. Todavia, por erro, a Companhia manteve os créditos do tributo mesmo nas operações interestaduais durante a vigência da liminar do STF, sendo autuada pelo Fisco do Rio de Janeiro. Entretanto, em 1996 foi publicada a Lei Complementar nº 87, que revogou o Convênio ICM 66/88. Em seguida, em 1997, o STF julgou prejudicado o julgamento de mérito da ADIN 715. Como não houve a declaração de inconstitucionalidade do citado Convênio do CONFAZ, a Companhia sustenta que a liminar anteriormente proferida perdeu eficácia, sendo indevida a autuação fiscal. 207

#### Autores: Estados do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Roraima e Sergipe

3) Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura. 118

#### Autores: Estados do Mato Grosso e Pará

4) Punição pelo descumprimento de dever instrumental relacionado à operação praticada pela Companhia, com valor independente do tributo devido. 101

#### Autor: União

5) A ação gira em torno dos débitos objetos de diversos Processos Administrativos Fiscais (PAFs) na Receita Federal do Brasil. Discussão: exigência de recolhimento dos débitos de Imposto de Renda com os créditos compensados de IPI, do período do 2º trimestre de 2006 ao 1º trimestre de 2008. 100

6) Processos judiciais em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União. 95

#### Autor: Estado de Goiás

7) Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 16 autos de infração relativos a ICMS. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. Situação atual: Em razão de provimento parcial de agravo de instrumento da Companhia, honorários periciais reduzidos de R\$0,23 milhão para R\$0,18 milhão. A Companhia apresentou petição com comprovante de recolhimento dos referidos honorários periciais. 90

8) Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 9 autos de infração. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. Situação atual: Em decisão publicada no dia 21/07/2014, houve dilação do prazo para conclusão do exame pericial por 90 dias. Autos ainda com carga ao perito. 85

#### Autor: Estado de Pernambuco

9) Ação de execução fiscal para cobrança de ICMS em razão de diferenças em estoques (volume das entradas em certo período divergente das saídas), consideradas pela fiscalização como operações não registradas pela Companhia e, portanto, não tributadas. Situação atual: Sentença parcialmente favorável publicada em 09/06/2014, reduzindo o débito original a R\$6,7 milhões, ao qual deverão ser agregados multa e juros. A Companhia apresentou recurso de apelação visando a desconstituição total da cobrança. Em 17/09/2014, publicada decisão recebendo a apelação da Companhia no duplo efeito. Em 20/11/2014, despacho determinando a subida dos autos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, após juntada de contrarrazões do Estado. 82

#### Autores: Estados de Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins

10) Cobrança de ICMS/ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação (QAV) para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal. 80

#### Autores: Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Tocantins e o Distrito Federal

11) Processos judiciais em que a Companhia discute se a composição da base de cálculo do ICMS/ST em operações interestaduais com derivados de petróleo deve ou não incluir o próprio ICMS. 62

continua

continuação



Ministério de Minas e Energia



## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

### Descrição dos processos de natureza fiscal Estimativa

**Autores: Estados do Amazonas, Bahia, Goiás e Minas Gerais**

12) Processos judiciais em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte. 50

Processos diversos de natureza fiscal 435

**1.732**

### (b) Processos de natureza cível

### Descrição dos processos de natureza cível Estimativa

**Autor: Francisco Messias Cameli**

1) Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: O Ministério Público peticionou, informando não ter interesse na demanda. O processo está no gabinete do relator, aguardando agendamento na pauta de julgamento. 94

**Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração**

2) Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia. 88

**Autor: Arnaldo Antonio Pires Ferreira e Outros**

3) Trata-se de ação de obrigação de fazer em fase de cumprimento de sentença. Argumenta o autor que a Companhia não cumpriu integralmente a liminar concedida em 2007 - tendo removido os equipamentos, mas sem observar a legislação ambiental no que tange à realização de procedimentos de desmobilização e remediação. Pede a incidência da multa diária até os dias atuais, o que representava cerca de R\$33 milhões em out/2013. A Companhia ofereceu garantia através de apólice de seguro no valor de R\$54 milhões e ofertou impugnação. Situação atual: A impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente favorável para reduzir a multa pleiteada pelos autores para R\$ 2 milhões e condenar a Companhia a arcar com as custas e os honorários advocatícios de 10%. A Companhia interpôs embargos de declaração à decisão, mas foram rejeitados. Novos embargos de declaração foram apresentados e acolhidos para tipificar a multa que a Companhia foi condenada a pagar. Os autores recorreram, e a Companhia se manifestou sobre o recurso. A Companhia está no prazo de apresentação de recurso. 53

Processos diversos de natureza cível 724

**959**

## 27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, e rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

Notas	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e bancos	5	543	670	533
Aplicações financeiras	5	618	255	416
Contas a receber	7	12.135	6.514	12.134
Depósitos judiciais	9	871	734	852
Arrendamentos mercantis financeiros	7	16	16	16
		<b>14.181</b>	<b>8.189</b>	<b>13.951</b>
			<b>7.827</b>	
<b>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Precatórios	7	27	33	27
		<b>27</b>	<b>33</b>	<b>27</b>
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>				
FIDC Fornecedor	6	18	18	18
NTN-P	6	5	4	5
		<b>23</b>	<b>22</b>	<b>23</b>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Financiamentos	15	1.367	1.366	295
Arrendamentos mercantis financeiros	27.3.3	139	160	442
Fornecedores	14	3.144	3.017	3.123
Operações de mútuo com a Controladora	17.5	6.596	—	6.596
		<b>11.246</b>	<b>4.543</b>	<b>10.456</b>
				<b>3.452</b>

### 27.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

### 27.2 Risco de mercado

#### 27.2.1 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento pelas vendas efetuadas.

##### 27.2.1.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que ele possa representar.

A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Diretoria Executiva, para determinar as alçadas para concessão de crédito.

Na análise de crédito são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado.

Os critérios de concessão de crédito estabelecidos na Política de Crédito e Cobrança englobam garantias reais, garantias pessoais, análises de balanços ou conceito do cliente, observando o relacionamento com a Companhia.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo.

A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber.

A carteira da Companhia somava R\$11 bilhões em 31 de dezembro de 2014.

##### 27.2.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos mútuos com a Petrobras (Nota 17.5), e às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos financiamentos a clientes, que geralmente estão atrelados ao IGPM.

##### 27.2.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros do Consolidado em 31 de dezembro de 2014.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Nota	Risco	(Despesa)/	Resultado fi-	Resultado fi-	Resultado	Resultado
				receita financeira no cenário 1 (*)	nanceiro com decréscimo de índice em 25%	nanceiro com decréscimo de índice em 50%	financeiro com elevação de índice em 25%	financeiro com elevação de índice em 50%
Financiamentos a receber	909	7	Redução do IGPM	113	85	57	141	170
Setor elétrico - Sistema Eletrobras	6.203	7	Redução da Selic	715	536	358	894	1.073
Contas a receber - partes relacionadas circulante	612	7	Redução do ICTM	6	5	3	8	9
Aplicações em FIDC	419	17.3	Redução do CDI	57	43	29	71	86
FIDC (cessão de direitos creditórios)	(380)	17.3	Alta do CDI	(283)	(212)	(142)	(354)	(425)
CRIs	(1.037)	15	Alta do IGPM	(127)	(95)	(64)	(159)	(191)
Financiamentos com os bancos IBM e BASA	(295)	15	Alta do CDI	(25)	(19)	(13)	(31)	(38)
Mútuo	(6.596)	17.5	Alta do IGPM	(410)	(308)	(205)	(513)	(615)

(\*) Cenário 1 corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base 31/12/2014.

## 27.3 Risco de liquidez

### 27.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeção mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Excessos de caixa são aplicados em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos excepcionais que venham a onerar a geração de caixa e a liquidez da Companhia são atendidos com recursos do fundo corporativo, com operações de mútuo com a própria Petrobras e através de captações em instituições financeiras.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturas financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

### 27.3.2 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado
2015	358
2016	169
2017	186
2018	195
2019	210
2020 em diante	1.993
<b>Total</b>	<b>3.111</b>

### 27.3.3 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros (com transferência de benefícios, riscos e controles)

	2014		Controladora	
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos
2015	3	46	3	79
2016 - 2019	13	151	14	320
2020 em diante	14	13	13	846
<b>Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados</b>	<b>30</b>	<b>210</b>	<b>30</b>	<b>1.245</b>
Menos montante dos juros anuais	(14)	(71)	(14)	(803)
<b>Valor presente dos recebimentos/ pagamentos mínimos</b>	<b>16</b>	<b>139</b>	<b>16</b>	<b>442</b>
Circulante	2	42	2	57
Não circulante	14	97	14	385
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>16</b>	<b>139</b>	<b>16</b>	<b>442</b>
Circulante	2	39	2	39
Não circulante	14	121	14	121
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>16</b>	<b>160</b>	<b>16</b>	<b>160</b>

## 27.4 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Os diferentes níveis de instrumentos financeiros registrados pelo valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve transferências entre os níveis de instrumentos financeiros em 2014. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia, registrados a valor justo em base recorrente em 31 de dezembro de 2014, está demonstrada a seguir:

	Consolidado			Total
	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	
<b>Ativos</b>				
Ativos mantidos para negociação	27	—	—	27
<b>Total dos ativos</b>	<b>27</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>27</b>

## 27.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A estrutura de capital da Companhia, assim como sua gestão de caixa, deverão ser sempre pautadas, em última análise, na melhor estrutura de capital e gestão financeira sob a ótica da Petrobras, optando pelas alternativas que melhor trazem sinergia para o Sistema Petrobras.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro;
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro;
- análise e proposição de estratégias de alavancagem/ desalavancagem financeira visando à otimização da estrutura de capital da Companhia e à redução do custo associado.

continua

continuação

Ministério de  
Minas e Energia

## Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 — Empresa do Sistema Petrobras

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Capital de terceiros</b>				
Total de financiamentos (nota 15)	1.367	1.366	295	304
Operações de mútuo com a Controladora (nota 17.5)	6.596	—	6.596	—
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(1.161)	(925)	(949)	(667)
	<b>6.802</b>	<b>441</b>	<b>5.942</b>	<b>(363)</b>
<b>Capital próprio</b>				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	12.121	11.901	12.121	11.901
	<b>12.121</b>	<b>11.901</b>	<b>12.121</b>	<b>11.901</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>56%</b>	<b>4%</b>	<b>49%</b>	<b>-3%</b>

O aumento do índice de alavancagem financeira foi motivado pela captação de recursos através de mútuo com a Petrobras, conforme Nota 17.5.

A Companhia vem tomando ações visando melhorar a estrutura de capital, com a consequente reversão do quadro negativo de necessidade de capital de giro apresentado em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, foi celebrado, em 14 de abril de 2015, um contrato de empréstimo de R\$ 4,5 bilhões junto ao Banco do Brasil, cujas condições estão descritas na Nota 29.

## 28 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da Controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância assegurada em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$7.781 (R\$7.649 em 2013). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No Consolidado, a importância assegurada totalizava R\$11.528 em 31 de dezembro de 2014 (R\$11.248 em 2013).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2014 são:

Ativo	Tipo de cobertura	2014		2013	
		Importância assegurada Consolidado	Importância assegurada Controladora	Importância assegurada Consolidado	Importância assegurada Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	7.810	7.781	7.821	7.649
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	664	664	581	581
Responsabilidade civil - Abastecimento		2.656	2.656	2.343	2.343
Outros ativos		398	396	503	480
<b>Total</b>		<b>11.528</b>	<b>11.497</b>	<b>11.248</b>	<b>11.053</b>

A Companhia não faz seguros de lucros cessantes.

## 29 Evento subsequente

Em 14 de abril de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R\$4.500, com vencimento final em março de 2021. Os juros do financiamento serão amortizados trimestralmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de quatro parcelas semestrais, a partir de setembro de 2019.

Os encargos incidentes sobre o financiamento são de 115,52% do CDI. A captação tem como lastro Notas de Crédito à Exportação, com base no fluxo de exportação da Companhia, e o aval da Petrobras. Há isenção de IOF na operação.

O recurso captado foi integralmente utilizado para a amortização de parte do saldo dos mútuos mantidos com a Petrobras, no dia 14 de abril de 2015.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO GALVÃO COUTINHO  
PresidenteMIRIAM APARECIDA BELCHIOR  
ConselheiraSÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA  
ConselheiroFRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE  
ConselheiroLUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITTO FILHO  
ConselheiroALDEMIR BENDINE  
ConselheiroJOSÉ GUIMARÃES MONFORTE  
ConselheiroMAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA  
ConselheiroJANINE CARDOSO SENNA  
Conselheira

## DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO  
PresidenteVILSON REICHEMACK DA SILVA  
Diretor de Operações e LogísticaANDURTE DE BARROS DUARTE FILHO  
Diretor de Mercado ConsumidorLUIZ ALVES DE LIMA FILHO  
Diretor da Rede de Postos de ServiçoCARLOS ALBERTO BARRA TESSAROLLO  
Diretor Financeiro

## ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

LUIZ CLAUDIO SACRAMENTO BISPO  
Contador - CRC - RJ - 077.292/0-2

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Petrobras Distribuidora S.A.Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Distribuidora S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Ênfase - Operação Lava-Jato

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, incluindo i) a baixa contábil de R\$ 23 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia referente a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados e ii) as investigações internas e regulatórias atualmente em andamento no acionista controladora. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

### Ênfase - Contas a receber de empresas termoeletricas do sistema Eletrobras

Chamamos a atenção para a Nota 7.2.1 às demonstrações contábeis, que descreve o fato de a Companhia apresentar contas a receber de empresas termoeletricas do sistema Eletrobras em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 6.023 milhões, líquidos de provisão para perdas, cuja realização depende (i) destas empresas continuarem a cumprir com os contratos de confissão de dívida celebrados entre as partes ou (ii) da execução, pela Companhia, das garantias fornecidas por estas empresas. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

### Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 25P000160/0-5 "F" RJSérgio Eduardo Zamora  
Contador 1SP168728/0-4 "S" RJ

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Resultados Abrangentes, as Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixa, os Valores Adicionados, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; as Proposições à Assembleia Geral Extraordinária relativas à Destinação do Resultado do Exercício de 2014 e ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2015; e a proposta de alteração do Estatuto Social da Petrobras Distribuidora S.A., com o objetivo de refletir a incorporação do saldo da reserva de incentivos fiscais e a aplicação do excesso das reservas de lucros no aumento do Capital Social em atendimento ao artigo 19 da Lei nº 8.167/1.991 e ao artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, respectivamente.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 22 de abril de 2015, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Todavia, o Conselho Fiscal ressalta a sua preocupação com os seguintes temas:

MARCOS ANTONIO ZACARIAS  
Presidente

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2015.

JEFERSON GUSTAVO SALERNO  
ConselheiroJOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO  
ConselheiroMARCIA CASTANHEIRA SCHNEIDER  
ConselheiraPAULO FONTOURA VALLE  
Conselheiro

O Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da Sociedade Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estão sendo publicados nesta data.